



## **Relatório de Assessoria de Imprensa**

**Período: 21/12/2020 a 22/12/2020**



**Índice****Blog do Gustavo Negreiros | RN**

FECOMÉRCIO RN

**Menos natalenses e mossoroenses vão comprar no natal, mas gasto médio será maior**

Notícias - 21/12/2020

5

**DeFato| RN**

FECOMÉRCIO RN

**Pesquisa aponta queda na intenção de consumidores de efetuar compras de Natal**

Notícias - 21/12/2020

6

**Tribuna de Notícias | RN**

SESC RN

**Sarau Quinta da Artes promove "Especial literatura em casa"**

Notícias - 21/12/2020

7

**G1 | RN****MEC nomeia reitor eleito do IFRN após 8 meses**

Notícias - 21/12/2020

8

**Blog da Juliska | RN****Ferramenta integra agendas do ecossistema inovador do RN**

Notícias - 21/12/2020

9

**Tribuna do Norte | RN****Verão do Rio Grande do Norte deve ser dentro da normalidade, prevê Emparn**

Notícias - 21/12/2020

10

**Tribuna do Norte | RN****Vetos do governo são rejeitados nas comissões**

Notícias - 22/12/2020

11

**Tribuna do Norte | RN****Arrecadação tem melhor desempenho em seis anos**

Notícias - 22/12/2020

12

**Tribuna do Norte | RN****Vacinação pode influenciar na recuperação da economia**

Notícias - 22/12/2020

13

**Tribuna do Norte | RN****Média de mortes volta a subir no RN**

Notícias - 22/12/2020

14

**Tribuna do Norte | RN****Estado abrirá mais 63 leitos de UTI no RN**

Notícias - 22/12/2020

15

**O Globo | DF****O equilíbrio fiscal em risco no Congresso**

Notícias - 22/12/2020

16

**O Globo | DF**

<b>Recorde de gastos</b> Notícias - 22/12/2020	17
<b>O Globo   DF</b> <b>Mutante vigiado</b> Notícias - 22/12/2020	18
<b>O Globo   DF</b> <b>Há vagas, mas para temporários</b> Notícias - 22/12/2020	19
<b>O Globo   DF</b> <b>Arrecadação de impostos em novembro cresce 7,3%</b> Notícias - 22/12/2020	20
<b>Folha de São Paulo   DF</b> <b>Guedes prepara projetos para elevar no curto prazo a arrecadação de impostos</b> Notícias - 22/12/2020	21
<b>Folha de São Paulo   SP</b> <b>Nova linhagem do coronavírus pode ser mais transmissível</b> Notícias - 22/12/2020	22
<b>Estadão   DF</b> <b>Governo tenta barrar projeto que prevê repasse extra de R\$ 43 bi a municípios</b> Notícias - 22/12/2020	23
<b>Valor Econômico   SP</b> <b>Economia ruma para trimestres de fraqueza, diz Ibre</b> Notícias - 22/12/2020	24

## RELATÓRIO

No clipping de hoje destacamos, inicialmente, a matéria do jornal Tribuna do Norte que traz a soma do total arrecadado no mês de novembro. A arrecadação de impostos e contribuições federais somou 140,101 bilhões, resultado que representa um aumento real de 7,31% na comparação com o mesmo mês de 2019. Esse foi o maior para meses de novembro desde 2014, quando a arrecadação no mês 11 do ano foi de 142,286 bilhões. Esta matéria está na página 12 do clipping.

Outro assunto que preenche as páginas do jornal local é a alta na média de mortes em decorrência da covid-19 no RN. A Tribuna aponta, na página 14 do clipping, que, entre os dias 3 e 10 de dezembro, a média móvel chegou a 8 óbitos diários, o maior número desde a média dos dias 23 de agosto a 1º de setembro. Nesse cenário, a Secretaria de Estado da Saúde Pública informou que vai abrir mais 104 leitos, sendo 63 Unidades de Terapia Intensiva e 41 de clínica médica, além da convocação de mais 66 enfermeiros e um fisioterapeuta. Esta matéria está na página 15 do clipping.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) projeta que a vacinação pode influenciar na recuperação da economia, é o que traz a Tribuna do Norte na página 13 do clipping. O IPEA aponta a alta no número de casos de covid-19 no País como um fator de risco para a continuidade do processo de recuperação econômica, com potencial de afetar especialmente o setor de serviços.

O jornal O Globo, na página 19 do clipping, traz o cenário das contratações temporárias em decorrência da pandemia de covid-19. Uma solução de fim de ano virou a saída para o ano inteiro. De março a outubro, houve aumento de 37% neste modelo de contratação, com 1,3 milhão de trabalhadores temporários, segundo a Associação Brasileira do Trabalho Temporário (Asserttem).

A piora da pandemia, cenário fiscal e fim do auxílio emergencial são ameaças para o crescimento, é o que traz o jornal Valor Econômico, na página 24 do clipping. Depois de crescer 7,7% no terceiro trimestre sobre o segundo, descontados os efeitos sazonais, o PIB do país deverá aumentar apenas 1,3% sobre o período de julho a setembro. Na comparação com o mesmo período do ano passado, a previsão do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, é de queda de 3,6%.



## **Imagens dos Clippings (a seguir)**

**Veículo:** Gustavo Negreiros - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 21/12/20 - **Cidade/UF:** RN

**Título:** Menos natalenses e mossoroenses vão comprar no natal, mas gasto médio será maior **Impacto:** Neutro

**Link:** <https://gustavonegreiros.com.br/2020/12/21/menos-natalenses-e-mossoroenses-vaio-comprar-no-natal-mas-gasto-medio-sera-maio>

## Menos natalenses e mossoroenses vão comprar no natal, mas gasto médio será maior

21/12/2020 às 08:58

A Fecomercio-RN divulgou uma pesquisa feita com consumidores de Natal e Mossoró, que apontou uma diminuição no percentual de pessoas dessas duas cidades que pretendem fazer compras no natal.

➤ Mais um suicídio

➤ Loucura misturado com piada: Governadora afirma que atuação do Obvio contribuiu para a diminuição da violência no RN

Em Natal, 55,2% dos entrevistados pretendem efetuar compras de Natal, o número é quase 12 pontos percentuais menor que em 2019, quando 67,1% tinham pretensões de adquirir produtos visando a data. Já em Mossoró, 51,5% dos consumidores pretendem ir às compras, queda de 14,5 pontos percentuais em relação a 2019. Os presentes serão destinados, na grande maioria, a filhos, mães e cônjuges.

Por outro lado, o valor médio gasto pelos consumidores natalenses nas compras será de R\$ 316,27, um valor 1,8% maior que o registrado no ano passado (R\$ 310,67). Já em Mossoró, o valor também teve um aumento, sendo de R\$ 298,18 em 2020, contra R\$ 287,88 em 2019 (aumento de 3,6%). O que irá ajudar o consumidor a decidir qual presente comprar, segundo os estudos, é o preço do produto, desejo da pessoa presenteada, qualidade do produto e descontos/promoção da loja. Porém, antes de efetuar a compra, mais de 70% dos consumidores irão fazer pesquisa de preço, em Natal e em Mossoró.

**Veículo:** DeFato - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 21/12/20 - **Cidade/UF:** RN

**Título:** Pesquisa aponta queda na intenção de consumidores de efetuar compras de Natal **Impacto:** Neutro

**Link:** <https://defato.com/mossoro/93244/pesquisa-aponta-queda-na-inteno-de-consumidores-de-efetuar-compras-de-natal>

## Pesquisa aponta queda na intenção de consumidores de efetuar compras de Natal



A pesquisa entrevistou 507 pessoas entre os dias 21 de novembro e 01 de dezembro de 2020

Levantamento do Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DEES) da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (Fecomércio/RN) aponta que 51,5% dos consumidores mossoroenses entrevistados pretendem ir às compras de Natal. O percentual é 14,5 menor do que o registrado no ano passado, quando 66% disseram que tinha intenção de comprar no período natalino.

O perfil dos entrevistados que afirmaram intenção de presentear, mostra a maioria de consumidores do gênero masculino (55,6% de resposta positiva), com idade entre 25 e 34 anos (61%) e renda familiar superior a dez salários mínimos (94,1%).

Entre os que não irão comprar presentes, 63% apontaram a falta de dinheiro como principal causa (contra 48,8% em 2019), enquanto para 20,3% o motivo será o desemprego (14,1% no ano passado). Outros motivos apontados foram a pandemia (17,9%), cortas ou dívidas (10,2%), pagar (10,2%) e outros.

### Produtos comprados

Em Mossoró, as opções de compras natalinas, são por ordem: vestuário (60,5%), brinquedos (26,1%), perfumes/cosméticos (21,5%), calçados (19,2%), acessórios pessoais (6,5%), eletrodomésticos (5,4%) e eletrônicos/celulares (5%). Houve um acréscimo de intenção em relação à preferência por roupas (57,3% em 2019), brinquedos (23,6% em 2019), perfumes/cosméticos (18,8% em 2019), calçados (15,8% em 2019) e acessórios (6,5% em 2019), por outro lado, houve redução na intenção de comprar eletrodomésticos (6,1% em 2019) e eletrônicos/celulares (8,2% em 2019).

A pesquisa apontou que a maioria dos entrevistados na Capital do Oeste pretende comprar no máximo três presentes, sendo que 27,6% dois itens, 22,2% três itens e 18,4% um item. Aqueles que pretendem comprar quatro ou mais somam 31,8% das intenções.

E quem vai às compras, pretende presentear primeiramente seus filhos (60,2%), depois as mães (42,9%), os cônjuges (37,5%), os pais (25,7%), os irmãos (10%), os sobrinhos (9,6%), os tios (8,4%), amigos (3,1%) e namorados (2,3%).

### Gastos e forma de pagamento

Sobre a pretensão de gastos com presentes, 38,3% dos consumidores pretendem gastar entre R\$100e R\$500, 29,5% gastará até R\$100, e 23,8% acima de R\$500. Outros 8,4% declararam não saber ainda quanto vão desembolsar. A média de preços, calculada com base nas respostas das pessoas dispostas a comprar, também foi considerada na pesquisa e neste ano será de R\$ 298,18 entre os mossoroenses.

Número 3,6% maior do que os R\$ 287,88 calculados no ano passado, porém inferior a inflação do período de 4,79%. Verificou-se também que o gasto dos consumidores tende a crescer quanto maior for a renda do indivíduo. Até 2 salários (R\$ 185,10), de 2 a 5 salários (R\$ 320,83), de 5 a 10 salários (R\$ 450,78) e acima de 10 salários (R\$ 528,13).

Para pagar as compras, o cartão de crédito será usado por mais de 50% dos entrevistados. Em Mossoró, 50,2% dos entrevistados pretendem adquirir produtos em lojas de comércio de rua, 32,6% declarou que planeja consumir em lojas de shopping, e em terceiro lugar, está a internet, com 14,9% da preferência. O que irá definir o local de compra e o nível de preço e variedade de produtos, por exemplo.

### Destino do 13º salário

Para muitos, fim de ano também é sinônimo de dinheiro extra entrando na conta e, por isso, alguns se perguntam qual deve ser a prioridade do uso do décimo terceiro salário. Em Mossoró, 43,8% dos consumidores terão sua renda acrescida para o fim de ano com a injeção do 13º salário.

Essa renda extra será utilizada, principalmente, para quitação de dívidas, segundo 43,7% dos entrevistados. Cerca de 41,4% afirmaram que utilizarão para compras de natal. Ainda de acordo com a pesquisa, o destino do 13º de mossoroense varia conforme a situação do consumidor: 35,1% querem pagar ou economizar; 15,8% pretendem guardar para compromissos de janeiro; e somente 1,4% vão usar em suas férias.

### Levantamento

As entrevistas aconteceram entre os dias 21 de novembro e 01 de dezembro de 2020. Este intervalo foi escolhido para que houvesse tempo suficiente para a tabulação e análise dos dados, para a divulgação dos mesmos com alguma antecedência em relação à data.

Em Mossoró, a pesquisa entrevistou 507 pessoas, distribuídas proporcionalmente pela área geográfica do município, conforme gênero, faixa etária, escolaridade e renda familiar. Para que o trabalho apresente um bom resultado foi estabelecido estatisticamente um índice de confiança de 95% e um erro amostral de 4%.

Confira a pesquisa na íntegra [fecomerciorn.com.br/pesquisas](https://fecomerciorn.com.br/pesquisas)

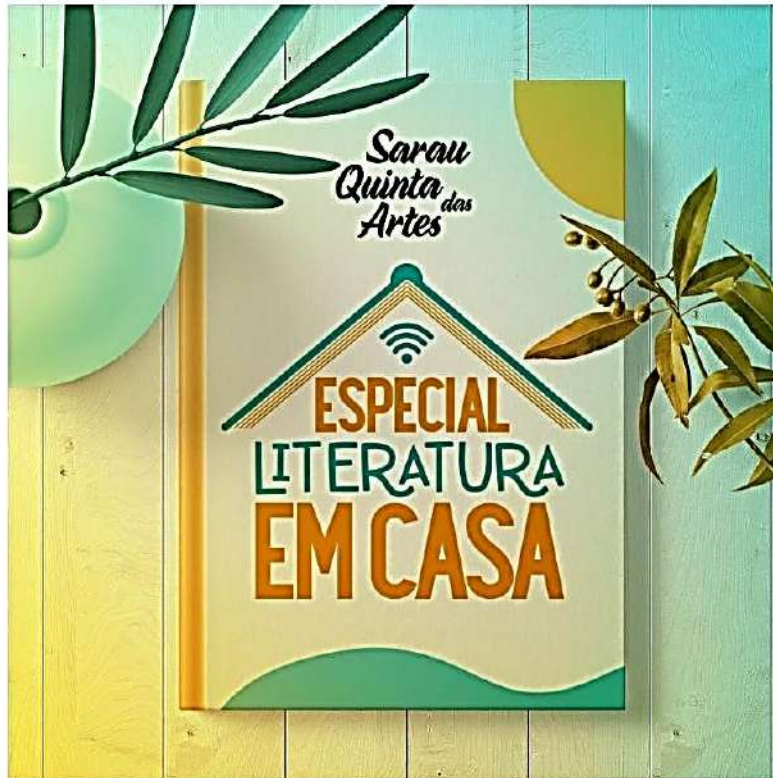
**Veículo:** TRIBUNA DE NOTÍCIAS - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 21/12/20

**Título:** Sarau Quinta das Artes promove "Especial literatura em casa" **Impacto:** Positivo

**Link:** <https://www.tribunadenoticias.com.br/2020/12/sarau-quinta-das-artes-promove-especial.html>

## SARAU QUINTA DAS ARTES PROMOVE "ESPECIAL LITERATURA EM CASA"

21 dezembro



O "Especial Literatura Em Casa" é uma extensão do "Sarau Quinta das Artes", especialmente desenvolvida para o "Edital Poti Cultural do SESC RN". Professores, estudantes e demais interessados em literatura, especialmente a produzida no Rio Grande do Norte, poderão desfrutar de uma série de debates interativos com escritores, pesquisadores e demais profissionais da área. Os encontros acontecerão nos dias 14, 21 e 28 de janeiro, às 19h, através do canal oficial do SESC RN no YouTube e abordarão os seguintes eixos temáticos: Valorização dos escritos literários potiguares; O processo criativo de construção da escrita literária; Mercado editorial no Rio Grande do Norte e a projeção de seus autores fora dos limites do Estado.

**Os escritores/pesquisadores que desejem participar dos debates podem se inscrever de 21 a 25 de dezembro, através do formulário disponibilizado nas redes sociais do Sarau Quinta das Artes. O resultado será divulgado no dia 29 de dezembro.**

A temporada 2020 do Sarau Quinta das Artes tem o patrocínio da Cosern, Instituto Neoenergia e do Governo do Rio Grande do Norte, através da Fundação José Augusto, via Lei Câmara Cascudo. Conta com apoio da ASSEFIT RN (Associação dos Ex-Alunos das Escolas Federais, Industriais e Técnicas do RN), IFRN e Cooperativa Cultural – UFRN.

### SERVIÇO

ESPECIAL LITERATURA EM CASA – SARAU QUINTA DAS ARTES

Inscrições para escritores/pesquisadores: 21 a 25 de dezembro

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd4Ve84t90qhjDcS07JlbfS-9POf-WQgtq|B|RLkDMl0oG3yg/viewform>

Exibição: Dias 14, 21 e 28 de janeiro, às 19h

<https://www.youtube.com/user/SESCRN>

Realização: Carla Alves Produção Cultural

Mais informações: @sarauquintadasartes



**Veículo:** G1 RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 21/12/20 - **Cidade/UF:** RN  
**Título:** MEC nomeia reitor eleito do IFRN após 8 meses **Impacto:** Neutro  
**Link:** <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/12/21/mec-nomeia-reitor-eleito-do-ifrn-apos-8-meses.ghtml>

## MEC nomeia reitor eleito do IFRN após 8 meses

Nomeação publicada neste segunda (21) atende decisão da 4ª Vara Federal. Instituto tinha Josué Moreira como reitor pro tempore desde abril.

Por G1 RN  
21/12/2020 07:28 - Última edição: 2020-12-21T12:09:47-04:00

1 de 3IFRN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte — Foto: Sérgio Henrique Santos/Inter TV Cabugi

IFRN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte — Foto: Sérgio Henrique Santos/Inter TV Cabugi

O professor José Arnóbio de Araújo Filho foi nomeado nesta segunda-feira (21) para o cargo de reitor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, após oito meses de espera. Eleito em dezembro de 2019 no primeiro lugar para o comando da instituição, ele aguardava ser nomeado desde 20 de abril.

A nomeação publicada pelo Ministério da Educação nesta segunda-feira (21) foi assinada pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo ministro Milton Ribeiro e **atende a uma decisão da Juíza Gisele Leite, da 4ª Vara Federal.**

O professor foi o vencedor das eleições em consulta acadêmica em dezembro de 2019, mas o governo federal nomeou o professor Josué Moreira Oliveira, que não participou das eleições, como reitor pro tempore (temporário).

A decisão judicial expedida no dia 11 de dezembro também suspendeu a portaria n.º 405/2020, do Ministério da Educação (MEC), **que nomeou o professor Josué Moreira de Oliveira como reitor pro tempore (temporário) em abril deste ano.** Josué não participou do pleito.

O processo na Justiça Federal foi movido pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional.

2 de 3José Arnóbio venceu a eleição e foi nomeado reitor do IFRN após decisão de Justiça — Foto: Divulgação

José Arnóbio venceu a eleição e foi nomeado reitor do IFRN após decisão de Justiça — Foto: Divulgação

### Nomeação de pro tempore

O MEC nomeou em 17 de abril Josué Moreira como reitor pro tempore do IFRN. O professor, no entanto, não concorreu às eleições. A pasta na época era comandada por Abraham Weintraub.

As eleições do IFRN, que aconteceram no dia 4 de dezembro de 2019, há mais de um ano, foram vencidas pelo professor José Arnóbio de Araújo Filho. Ele foi eleito reitor após ter 48,25% dos votos válidos.

Em segundo lugar, ficou Wyllys Abel Fariatti Tabosa - reitor da gestão passada - com 42,26%. O pleito ainda teve outros dois candidatos: José Ribeiro de Souza Filho e Ambrósio Silva de Araújo.

Com a vitória, José Arnóbio seria empastado no cargo no dia 20 de abril, mas foi surpreendido com a nomeação de Josué Moreira três dias antes.

3 de 3Josué Moreira não participou das eleições no IFRN — Foto: Reprodução/Inter TV Cabugi

Josué Moreira não participou das eleições no IFRN — Foto: Reprodução/Inter TV Cabugi

Josué Moreira é professor no campus de Ipanguaçu, no interior do RN. Em 2018, ele, que já foi candidato à Prefeitura de Mossoró, se filiou ao Partido Social Liberal (PSL), a então sigla do presidente da República Jair Bolsonaro.

### Decisões anteriores

A Justiça Federal do Rio Grande do Norte já havia determinado, em maio, a **anulação da portaria do MEC e a nomeação de José Arnóbio, o candidato eleito do IFRN, ao cargo de reitor,** o que foi feito pelo presidente da República Jair Bolsonaro.

Dias depois, no entanto, Bolsonaro **suspendeu a nomeação do candidato eleito, respaldado em uma decisão proferida pelo Juízo da 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região,** e manteve Josué Moreira no cargo de reitor pro tempore.

**Veículo:** Blog da Juliska - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 21/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN  
**Título:** Ferramenta integra agendas do ecossistema inovador do RN **Impacto:** Neutro  
**Link:** <https://www.blogdajuliska.com.br/ferramenta-integra-agendas-do-ecossistema-inovador-do-rn>



## Ferramenta integra agendas do ecossistema inovador do RN

Unificar em um mesmo ambiente dados e informações sobre reuniões e eventos que envolvem as instituições e comunidades empreendedoras do ecossistema inovador do estado. Essa é a principal vantagem do GO!RN Now, uma ferramenta desenvolvida pelo Sebrae no Rio Grande do Norte para integrar todas as agendas dos componentes do ecossistema de empreendedorismo inovador e startups. A plataforma é um dos desdobramentos do GO!RN, evento que substituiu o Startup Day, e que pode ser acessada pelo site <https://bit.ly/gornnow> para conferir o que está programado para incubadoras, startups, parque tecnológico e instituições engajadas com a pauta da inovação.

Na avaliação do gestor do projeto de Startups do Sebrae-RN, Carlos von Sohsten, o GO!RN Now é importante para que todo o ecossistema saiba o que está acontecendo. “Isso pode, por exemplo, evitar conflito de data e horário no momento de programar um evento e também permite que o público em geral possa acompanhar as ações. O GO!RN Now vai além da agenda em si, traz as informações, link de acessos aos eventos e outros conteúdos. É um espaço único na internet, acessível a todos, com todas as ações programadas, os compromissos, reuniões, eventos do ecossistema”, explica.

Segundo Carlos von Sohsten, um dos destaques é participação das incubadoras, que são decisivas para as empresas nascentes, e startups que poderão acessar a agenda e verificar o que está programado. O analista técnico do Sebrae-RN também adianta que os organizadores de eventos também podem solicitar a inclusão do encontro ou hackthon na plataforma. “Teremos as agendas das instituições e das comunidades. Se uma startup for promover um hackathon, por exemplo, podem solicitar a inclusão via instituições, que farão uma espécie de curadoria para definir o que pode ser colocado e adicionado à agenda”, explica Carlos Von Sohsten.

Na opinião do diretor do Parque Tecnológico Metrópole Digital, Rodrigo Romão, a ferramenta é estratégica. “A proposta de uma agenda única é fundamental para o nosso ecossistema - ainda em desenvolvimento - por permitir uma maior integração dos atores e por evitar o desperdício de energia com a realização de eventos simultâneos, muitas vezes com a mesma temática e para o mesmo público”. Segundo Romão, para o IMD, o GO!RN Now permitirá compreender melhor a atuação individual das outras instituições e, com isso, compreender melhor as oportunidades de interação.

A gestora do Núcleo de Apoio à Gestão da Inovação (NAGI FIERN), Susie Alves Silva de Macedo, destaca a importância dessa plataforma para unificar a difusão das informações de interesse desse público, “já que o ecossistema de inovação do estado vem trabalhando seu reconhecimento e credibilidade, via sólidas conexões, que contribuem para um acesso global à informações de inovação, ciência e tecnologia, sendo útil para quem precisa de resultados, caracterizando um grande benefício que esse ambiente fomenta. Ainda como benefício relevante, as empresas conseguem crescer de maneira acelerada e assertiva, saindo na frente de seus concorrentes”, conclui Susie Macedo.

**Veículo:** Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 21/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN  
**Título:** Verão do Rio Grande do Norte deve ser dentro da normalidade, prevê Emparn **Impacto:** Neutro  
**Link:** <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/vera-o-no-rio-grande-do-norte-deve-ser-dentro-da-normalidade-preva-emparn/498563>

## Verão no Rio Grande do Norte deve ser dentro da normalidade, prevê Emparn

Publicação: 2020-12-21 10:26:00

Iniciado às 7h05 desta segunda-feira (21), o verão no Rio Grande do Norte deverá ocorrer dentro da normalidade, com temperaturas chegando a até 38°C na região do Alto Oeste. De acordo com as análises da Unidade Instrumental de Meteorologia da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (Emparn), o fenômeno La Niña vai influenciar na manutenção da regularidade de chuvas na região Nordeste.

**Créditos:** Magnus Nascimento



*Natal deverá registrar temperaturas de até 33°C*

“O fenômeno La Niña que acontece com a diminuição na temperatura das águas superficiais do Oceano Pacífico provoca uma maior circulação dos ventos na região Nordeste do Brasil mantendo a regularidade das chuvas para o período”, disse o chefe da unidade, Gilmar Bristot.

Entre os meses de janeiro e março, o volume de chuvas pode chegar a 315 mm na região Oeste, 250 mm nas regiões Leste e Central e 188 mm na região Agreste. Para o período chuvoso da região, entre fevereiro e maio, Bristot explica que serão acima do normal para toda o Nordeste.

Em relação às temperaturas, para Natal, a previsão da Emparn é que as temperaturas máximas esperadas variem entre 28°C e 33°C e as mínimas entre 24°C e 26°C. Já no Alto Oeste deve variar entre 28°C e 27°C. As análises realizadas não registraram alterações na condição de seca no Rio Grande do Norte, mantendo no mês de novembro, 83% da sua extensão territorial atingida pelo fenômeno.

**Veículo:** Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN  
**Título:** Vetos do governo são rejeitados nas comissões **Impacto:** Neutro  
**Link:** <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/vetos-do-governo-sa-o-rejeitados-nas-comissao-es/498636>

política

Natal - Rio Grande do Norte  
Terça-feira, 22 de dezembro de 2020 **3**

# Vetos do governo são rejeitados nas comissões

« LEGISLATIVO » Após a apreciação dos vetos nas Comissões de Justiça e de Finanças, votação orçamento do Estado fica para a próxima semana



Deputados que integram as duas comissões apreciaram os vetos do governo ao projeto da LDO

**CLÁUDIO OLIVEIRA**  
Repórter

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) e de Finanças e Fisco (CF) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) rejeitaram, por unanimidade, o veto parcial do Governo do Estado às emendas encartadas à Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO 2021). As duas comissões derrubaram o veto durante reunião extraordinária e conjunta, ocorrida nesta segunda-feira (21), através do sistema híbrido de deliberação da ALRN. Com o veto apreciado em plenário, abre-se caminho para a votação da Lei Orçamentária Anual (LOA 2021), cujo processo de votação acontece na próxima semana.

O deputado Getúlio Régio (DEM), que preside a reunião conjunta e que é relator do orçamento na Comissão de Finanças, disse que precisará ainda apresentar as emendas que os deputados querem encartar.

"Vai depender da análise de todas as emendas e deve demandar algum tempo. A gente vai ter uma noção mais clara na próxima quinta-feira. Vai haver uma suspensão das atividades por causa do período natalino, mas entre os dias 28 e 29, creio que

Aqui os parlamentares faziam a indicação das emendas e o Governo, de forma autoritária, liberava de acordo com a conveniência política e isso agora mudou."

**GETÚLIO RÉGIO**  
Deputado estadual

deve entrar em votação. Essa é minha intenção", disse o relator.

O orçamento para 2021 do Estado do Rio Grande do Norte é estimado em R\$ 13,385,505,000,00 com previsão de um déficit de R\$ 920 milhões. Contudo, segundo o projeto, há perspectivas de que o cenário do próximo ano seja mais otimista, decorrente, segundo o Governo, das medidas que adotou precocemente e que permitiram a recuperação antecipada do setor econômico frente ao contexto nacional e emenda pa-

demia do novo coronavírus.

O orçamento anual prevê o que o governo vai arrecadar e gastar no próximo ano, estimando inclusive os valores destinados a cada área. Os recursos só podem ser aplicados se estiverem dentro do limite da lei e correspondentes ao previsto na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), dispositivo que orienta as metas e prioridades, incluindo despesas de capital, estrutura e a organização dos orçamentos, diretrizes gerais e específicas para elaboração e execução destes, além de outras especificações para aplicação dos recursos.

O deputado Getúlioressaltou que os vetos à LDO atingem diretamente as proposições de emendas do chamado "orçamento impositivo", pelo qual o Governo fica obrigado a executar os recursos nas ações indicadas pelos parlamentares. "O que o Executivo quis fazer foi obstruir um mandato já vigente na Câmara dos Deputados, que não reproduzimos no Projeto de Emenda Constitucional do deputado Tomáza Farias, que trata das emendas impositivas. Aqui os parlamentares faziam a indicação das emendas e o Governo, de forma autoritária, liberava de acordo com a conveniência política e isso agora mudou", destacou.

## VETOS REJEITADOS

Quando a LDO foi apreciada, houve preocupação dos deputados com o entendimento de que o Executivo restringia o Poder Legislativo na elaboração orçamentária porque pretendia priorizar na execução do orçamento uma agenda estratégica própria. Parte das 28 emendas sendo 21 de texto e sete de criação e alteração de metas - foi neste sentido.

Uma das razões apresentadas pela governadora Fátima Bezerra (PT) para o veto foi de que havia vícios de inclusão nas emendas do Parlamento porque esbarravam nos comandos inseridos no artigo 47 da SO da Lei Federal 4.320 e no artigo 8º da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2008 - Lei de Responsabilização Fiscal (LRF), que reservam ao Poder Executivo a competência, bem como fazer cumprir as metas fiscais.

A Governadora alegou ainda que a Lei Complementar Federal 101 impõe ao Poder e ao Ministério Público a verificação bimestral do cumprimento das metas de resultados orçamentários nominais estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, mediante diversos atos de limitação de empenho e movimentação financeira para cumprimento das estabelecidas na LDO. Além de questões jurídicas, Fátima Bezerra também apontou motivações políticas nas emendas. Porém a rejeição do veto na Comissão de Justiça, deputada Cristiane Dantas (SD), relatou que não procedem as associações apresentadas. Tem processo legal, inclusive veto de iniciativa. É de natureza de atribuição constitucional do Parlamento estabelecer as diretrizes para elaboração e execução orçamentária. A LDO em segundo lugar, as Emendas Parlamentares ao orçamento do Senado integram a Constituição quando ganham o qualificativo de impositividade para a sua execução, segundo a relatora.

O deputado Tomáza Farias (PSDB), presidente e relator do veto na Comissão de Finanças discordou do Governo.

# Proposta que aumenta FPM está prevista para votação

« PREFEITURAS » PEC do aumento escalonado em quatro etapas de recursos via Fundo de Participação dos Municípios está na pauta da Câmara

Depois de uma falha da sua própria articulação política, o Planalto teve que entrar em campo ontem para barrar a votação pelo plenário da Câmara de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que pode retirar R\$ 4 bilhões do caixa do União por ano. Em 12 anos, valor pode chegar a R\$ 48 bilhões.

A proposta defendida até mesmo por parlamentares da base do governo foi incluída, de última hora, na pauta da votação pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e acabou colocando mais uma saída justa para o presidente Bolsonaro e sua equipe econômica depois do imposto em torno da concessão do Bolsa Família. A votação está prevista para hoje.

A PEC aumenta em 1% escalonado em quatro etapas o respos-

se de recursos para os municípios via o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Atualmente, de 49% da arrecadação total do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), 22,5 pontos percentuais são direcionados aos municípios por meio do FPM. A proposta prevê que a parcela aumente para 23,5 pontos percentuais, sendo o restante de 49% para 50% da arrecadação. O aumento é em fases: 0,25% no primeiro e segundo anos; 0,5% no terceiro e 1% a partir do quarto ano.

A equipe econômica tratou o assunto como uma "bomba fiscal" nas chamadas "votações do fim do mundo", quando deputados e senadores votam propostas no fim de ano com grande impacto nas contas públicas. No total, o impacto é estimado em R\$ 4,3 bilhões em 12 anos. Mas a per-

da é permanente. O texto já foi aprovado no Senado e em primeiro turno pelos deputados. O texto, se aprovado nesta votação, a PEC é promulgada. Neste caso, não há possibilidade de vetos pelo presidente da República.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Gládemir Araldi, disse que a pressão dos perfis sobre os deputados será intensificada hoje. Ele diz que não está prevista nenhuma ajuda federal para as prefeituras em 2021, quando ainda precisarão de recursos para o combate à covid-19. Além disso, segundo ele, os municípios têm assumido cada vez mais responsabilidades que antes eram do governo federal e, por isso, é natural que precisem aumentar a sua participação no bolo tributário.

Ontem, Maia chegou a discus-

sar com o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-RN), e se chegou a retirar da pauta a proposta, mas depois acabou sendo impossível ganhar tempo. As Estádias, Maria rejeitou que um parlamentar da base governista que pediu a inclusão no texto, o deputado João César (PSD-PI). "O governo tem que ter responsabilidade sobre as coisas, seguri 12 meses."

Rodrigo Maia defendeu a votação da PEC dos municípios. De acordo com ele, a proposta foi aprovada em primeiro turno no plenário no ano passado e não é uma surpresa. "Não foram cinco sessões de espera, foram 12 meses de espera."

Preocupado com mais essa perda de receita, o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, fez uma alerta das consequências para as contas públicas, caso seja aprovada a PEC.

**Veículo:** Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN  
**Título:** Arrecadação tem melhor desempenho em seis anos **Impacto:** Neutro  
**Link:** <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/arrecadaa-a-o-federal-soma-r-140-1-bilh-a-es-e-tem-melhor-desempenho-em-seis-anos/498626>

## economia

TRIBUNA DO NORTE



**TELEFONES ÚTEIS**  
 Recada: 322-2260  
 Pressão: 322-4461  
 Transmissão: 322-4000  
 Defesa: 322-2500

**COVID-19: 'MUTAÇÃO DO VIRUS ESTÁ CONTROLADA', AFIRMA OMS. PÁGINA 8**



**SALÁRIO-MÍNIMO**  
 R\$ 1.045,00

**TAXA SELIC**  
 2,00%



**NA TV ONLINE**  
 Acompanhe todas as atualizações de notícias e informações em tempo real no RN, no Brasil e no mundo.  
[tribunadonorte.com.br](http://tribunadonorte.com.br)

## Arrecadação tem melhor desempenho em seis anos

« UNIÃO » Arrecadação federal em novembro somou R\$ 140,101 bilhões. Valor arrecadado no mês passado foi o maior para o mês desde 2014

FABRÍCIO DE CASTRO E  
 CÉLIA FROUFE  
 Agência Estado

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 140,101 bilhões em novembro, informou nesta segunda-feira (21), a Receita Federal. O resultado representa um aumento real (descontada a inflação) de 7,31% na comparação com o mesmo mês de 2019. Em relação a outubro deste ano, houve recuo de 9,79% no recolhimento de impostos. O valor arrecadado no mês passado foi o maior para meses de novembro desde 2014, quando a arrecadação no 11º mês do ano foi de R\$ 142,286 bilhões.

O resultado das receitas dentro do intervalo de expectativas das instituições ouvidas pelo Broadcast Projeções, que iam de R\$ 135,00 bilhões a R\$ 146,00 bilhões, com mediana de R\$ 143,80 bilhões.

De acordo com a Receita Federal, o comportamento da arrecadação de novembro teve forte impacto negativo (queda de 7,40% em relação ao mesmo mês do ano passado) principalmente por causa da queda das vendas de serviços. O valor em dólares das importações também mostrou queda, de 5,23%, na mesma base de comparação. Em contrapartida, vendas de bens (6,00%) produção industrial (1,03%) registram alta em novembro. A Receita informou ainda que entre os principais fatores não recorrentes e de alteração de legislação do mês geraram um recuo de 40,84% na comparação com novembro de 2019.

No acumulado do ano até novembro, a arrecadação federal somou R\$ 1,320 trilhão, o menor volume para o período desde 2010, quando as receitas somaram R\$ 1,295 trilhão no período. Devido aos impactos da pandemia de covid-19 no primeiro semestre, o montante



Claudemir Malaquias (RF) afirmou que arrecadação está em linha com a retomada da economia

ainda representa um recuo real de 7,95% na comparação com os primeiros 11 meses de 2019.

### Desonerações

As desonerações concedidas pelo governo resultaram em uma renúncia fiscal de R\$ 84,839 bilhões entre janeiro e novembro deste ano, valor maior do que o registrado em igual período do ano passado, quando ficou em R\$ 64,729 bilhões. Apenas no mês de novembro, as desonerações totalizaram R\$ 10,780 bilhões, acima do registrado em novembro do ano passado (R\$ 8,066 bilhões).

Um fator que impacta as desonerações neste ano é a suspensão da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que incide sobre operações de crédito.

Ao divulgar os dados, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, afirmou que a arrecadação registrada está em linha com a retomada da economia brasileira. "Ainda estamos otimistas

com resultado da arrecadação. O volume de compensações indica que está havendo apuração de tributos", disse Malaquias, durante a coletiva. Em novembro, as compensações tributárias somaram R\$ 18,631 bilhões, ante R\$ 9,520 bilhões do mesmo mês do ano passado. "Os números sinalizam trajetória positiva da arrecadação até o fim do ano", acrescentou.

### IRRF

Para Malaquias, atualmente não é possível afirmar que existe uma relação direta entre o valor arrecadado de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e o comportamento do mercado de trabalho no Brasil. O comentário foi feito após questionamento sobre se a queda real de 6,82% do IRRF sobre rendimentos do trabalho em novembro, na comparação com novembro do ano passado, seria compatível com a perspectiva de "perda zero" de empregos formais em 2020, apesar da pandemia do novo coronavírus. O

ministro da Economia, Paulo Guedes, tem afirmado que o País tende a eliminar o ano sem perdas de emprego, em função da recuperação de vagas vistas nos últimos meses.

### Outros tributos

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal afirmou que o governo espera recuperar até o fim de dezembro o diferimento de tributos registrado de janeiro a novembro deste ano, da ordem de R\$ 52,822 bilhões. "A expectativa é (recuperar) sim", afirmou Malaquias, ao ser questionado durante coletiva de imprensa. "O volume elevado de compensações demonstra que os contribuintes estão apurando o valor devido. O que foi diferido está sendo apurado como devido. A questão é: isso está sendo pago como Darf (Documento de Arrecadação de Receitas Federais) ou mediante compensação? De uma forma ou de outra, a gente vai recuperar sim", acrescentou.

## Internet via satélite terá impostos reduzidos

O presidente Jair Bolsonaro editou nesta segunda-feira (21) a Medida Provisória (MP) 1.018/2020, que reduz tributos sobre os serviços de internet de banda larga via satélite de pequeno porte, as chamadas VSATs (Very small aperture terminal, da sigla em inglês).

De acordo com o Ministério das Comunicações, a iniciativa vai gerar um renúncia fiscal de R\$ 4,5 bilhões, entre 2021 e 2030. Em contrapartida, a projeção de investimentos para o mesmo período é de R\$ 8,9 bilhões. Com a publicação, a MP já está em vigor, mas precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional em até 120 dias para não perder a validade.

Segundo a pasta, o serviço VSAT tem o potencial de atender principalmente zonas rurais e outras localidades fora dos centros urbanos, sendo, muitas vezes, a única forma de acesso pa-

ra à internet para milhares de brasileiros. A expectativa do governo é dobrar o número de estações receptoras, passando dos atuais 350 mil pontos de conexão para 750 mil até 2025. Um estudo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aponta que, com a redução dos tributos, o número de usuários finais atendidos pelo serviço pode chegar a 2 milhões em 2027, quantitativo que representa o dobro do que estava previsto para o aumento do serviço caso não houvesse essa desoneração.

"Em um país com tanta desigualdade no acesso à internet, é o serviço de satélite que consegue fazer atendimento nas comunidades mais isoladas. No entanto, era um dos setores que mais pagavam impostos. Essa redução trazida pela MP corrige uma injustiça histórica e é muito bem-vinda", afirma Luiz Otávio Prates, Sindicato Nacional

das Empresas de Telecomunicações por Satélites (Sindsat).

Segundo ele, entre 2016 e 2019, cerca de 75% das novas antenas de VSAT instaladas no país foram em localidades classificadas pela Anatel nas categorias 3 e 4, onde o custo de acesso à internet é considerado precioso, de baixa competitividade ou até inexistente.

### Mudanças

Para viabilizar a desoneração, a MP modifica valores cobrados em quatro tributos: a Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI), a Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) e a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine). Com isso, empresas que prestam o serviço de internet via satélite de pequeno porte deixarão de recolher uma taxa única de R\$ 201,12

na instalação do serviço, e passarão a pagar R\$ 26,83. O valor anual das taxas, que chegava a R\$ 100,56, passará para pouco mais de R\$ 13.

Luiz Otávio Prates assegura que a redução dos tributos vai se refletir também no custo do serviço, que ficará mais barato para os consumidores. "Para o setor, o custo do serviço foi reduzido em mais de 7 vezes, o que deve gerar uma redução de aproximadamente R\$ 20, por média, para o consumidor final", afirma.

Operado principalmente na chamada Banda Ka, que é uma faixa de frequência de comunicação via satélite, o serviço VSAT utiliza antenas que variam de 60 a 80 centímetros de diâmetro, conectadas a um modem. Segundo o presidente do Sindsat, esse tipo de tecnologia já consegue oferecer localidades de 20 megabits por segundo de download a um custo mensal de cerca de R\$ 150.

**Veículo:** Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN  
**Título:** Vacinação pode influenciar na recuperação da economia **Impacto:** Neutro  
**Link:** <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/vacinaa-a-o-pode-influenciar-recuperaa-a-o-da-economia-afirma-ipea/498623>

TRIBUNA DO NORTE

geral

## Vacinação pode influenciar recuperação da economia

« IPEA » Estudo do Ipea projeta crescimento de 5% para o PIB industrial em 2021; de 3,8% para o setor de serviços, e de 1,5% para a Agropecuária

**A** alta no número de casos de covid-19 no País é um fator de risco para a continuidade do processo de recuperação econômica, com potencial para afetar especialmente o setor de serviços. No entanto, a vacinação em massa da população, que terá efeito gradual sobre a atividade como um todo, pode influenciar o ritmo da retomada da economia brasileira, avalia o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no boletim Visão Geral da Conjuntura, divulgado nesta segunda-feira (22).

A volta do crescimento do número de casos de covid-19 representa um fator de risco para a continuidade do processo de recuperação econômica. De fato, é possível que a evolução da crise sanitária leve alguns Estados ou municípios a retomarem medidas de restrição a certas atividades econômicas e sociais, desacelerando a retomada em alguns segmentos, notadamente no setor de serviços. Além disso, mesmo a ausência de novas medidas legais de distanciamento social, é razoável esperar que parte da população diminua espontaneamente sua mobilidade, visando reduzir as chances de contágio, ressaltou o documento do Ipea.

Quanto poderia, porém, que os impactos adversos decorrentes de eventuais novas medidas de distanciamento social sobre o nível de atividade seriam significativamente menores do que no momento inicial da pandemia. O Ipea ressalta que o choque negativo provocado pela crise sanitária num primeiro momento foi consequência do descolchamento sobre a doença, a incerteza sobre as políticas governamentais de apoio às famílias e ao setor produtivo, e da falta de perspectivas sobre o desenvolvimento de uma vacina no curto prazo.

Para 2021, a expectativa de avanço de medidas de imunização em massa da população, por meio da vacinação, pode influenciar o ritmo de recuperação da economia, impulsionando especialmente o setor de serviços, apontou o documento. O diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), José Ronaldo Souza Júnior, lembrou que os estudos mundiais indicam que somente por meio da vacina se pode alcançar a imunidade mais rápida contra a covid-19. Por isso, o cenário de retomada da economia está condicionado ao início da vacinação. "Certamente o ritmo de vacinação estará ligado ao sentido da retomada da economia, principalmente, no setor de serviços que dependerá muito desse ritmo e da eficácia da vacinação", cotou.

**PIB**  
O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro crescerá 4,0% em 2021, seu ajuste fiscal for



José Ronaldo Júnior, do Ipea, diz que retomada está condicionada ao início da vacinação

### NUMEROS

**3,4%**

é a projeção para o índice da inflação medida pelo IPIA, ao final de 2021, segundo o estudo Visão Geral da Conjuntura

**3,5%**

é quanto deve crescer o consumo das famílias em 2021, de acordo com a análise trimestral da conjuntura econômica do Ipea

tomado após os gastos extraordinários com a pandemia, projeto Ipea. A estimativa para o ano de 2021 é de um recuo de 4,3%. "O principal nó da economia brasileira continua sendo o desequilíbrio fiscal", frisou o Ipea.

O órgão aponta que o aumento de gastos para reduzir os efeitos da pandemia deve levar a um déficit primário de 12% do PIB em 2020, levando a dívida pública a para cerca de 90% do PIB. "Isso significa que o esforço para reverter a trajetória de crescimento da dívida terá que ser maior do que antes, dados os efeitos permanentes da queda do PIB em 2020 sobre a arrecadação de impostos e o próprio aumento da relação dívida-PIB", alertou o Ipea.

O PIB do quarto trimestre deste ano deve crescer 2,1% em relação ao terceiro trimestre. A atividade econômica mais aquecida no segundo semestre de 2020 deve deixar um carregamento estatístico positivo de 2,7% para o PIB de 2021.

O Ipea ressalta que a recuperação é desigual entre setores, e que os serviços ainda operam significativamente abaixo do patamar pré-crise. O órgão também estima que a maior procura por trabalho em 2021 faça a taxa de desemprego no País alcançar patamares ainda mais elevados antes que comece a cair.

O órgão estima que o PIB industrial suba 5% em 2021, ante

uma queda de 3,5% em 2020. O PIB de serviços deve crescer 3,8% em 2021, após recuo de 4,7% em 2020. Já o PIB Agropecuario aumentaria 1,5% em 2021, ante uma alta de 2,3% este ano.

As estimativas da atividade da economia em novembro da Dimac, Ipea ainda apontam que a produção industrial deve crescer 1,8%, as vendas no comércio 1,7% e o volume de serviços 2,5% no volume de negócios. Os números são do balanço trimestral da conjuntura econômica depois chamada de Visão Geral. "O recrudescimento da pandemia coloca um risco maior, especialmente, para o início do ano que vem para a indústria e os serviços, que têm indicadores conjunturais apontando para recuperação", afirmou o diretor da Dimac, José Ronaldo Souza Júnior.

O economista disse que o trimestre caminha para continuidade de retomada, só que em ritmo menor do que era de se esperar. O efeito que ocorre no terceiro trimestre, que tinha uma base de comparação muito baixa do período anterior referente ao auge da crise, já não existe. "É de se esperar que agora a gente tenha um crescimento menor por conta disso, a base de comparação já não é tão baixa mais", observou.

### Consumo das famílias

O consumo das famílias deve crescer 3,5% em 2021, depois de uma queda de 6,1% em 2020, enquanto o consumo do governo aumentaria 3,3% no ano que vem, após o recuo de 4,7% neste ano.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), medida dos investimentos no PIB deve avançar 5,3% em 2021, puxada pelo setor de construção civil, após uma queda de 5,0% em 2020. O Ipea espera que as exportações tenham expansão de 4,6% no próximo ano, enquanto as importações aumentem 5,4%.

As projeções consideram ainda que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apura-

do pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), termine 2020 em 4,4%, mas deslance para 3,4% no fim de 2021. A taxa básica de juros, a Selic, encerra 2021 em 1,00%, equivalentes a taxa de câmbio terminaria o ano que vem em R\$ 5,00.

"Um elemento complicador da situação macroeconômica foi a recente aceleração da inflação, refletindo problemas domésticos localizados, relacionados à oferta de produtos agrícolas específicos, como o arroz, e a forte desvalorização cambial, que impactou preços agrícolas, de insumos e de bens de consumo em geral, conforme captado pelos índices de preços no atacado. Dada a sua natureza, o choque tem caráter temporário, e ocupa espaço que havia entre a inflação corrente e a meta do Banco Central. Por isso, espera-se que a política monetária continue em terreno expansionista, embora a perspectiva de sua normalização esteja um pouco mais próxima que há alguns meses", justificou o documento do Ipea.

O órgão reconhece que o cenário de curto prazo permanece carregado de incertezas. Uma perspectiva positiva vem da espera da reconquista das estoques que permitirão nos próximos meses, que deve garantir uma continuidade dos atuais níveis de produção, a despeito da desaceleração na demanda doméstica por conta do fim do pagamento do auxílio emergencial.

"Entretanto, o agravamento da pandemia nos últimos meses, e o fato de que a vacinação em massa tende a produzir efeitos apenas gradualmente após seu início, pode levar a um novo período de distanciamento social, seja por imposição de novas restrições ou por decisão voluntária, como reação ao aumento do risco de contaminação. Além disso, a evolução da economia no futuro dependerá de forma crucial da percepção quanto ao comprometimento com a disciplina fiscal por parte do governo, do Congresso e da sociedade em geral", concluiu o Ipea.

## Efeitos da retomada são modestos no emprego

A análise trimestral da conjuntura econômica do país, divulgada nesta segunda-feira (22) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que apesar de visíveis, os efeitos da recuperação ainda são modestos no mercado de trabalho. Para o diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), José Ronaldo Souza Júnior, a perspectiva é que

a taxa de desemprego aumente antes de começar a cair.

O aumento deve ocorrer mesmo diante de contínua expansão da população ocupada, uma vez que parte dos trabalhadores que saíram da força de trabalho durante a pandemia devem retornar ao mercado à procura de nova colocação, tanto pelo relaxamento das medidas de isolamento social, quanto pelo fim do auxílio emergencial.

"Para o ano que vem, devemos verificar aumento na taxa de desemprego por causa das pessoas que procuram trabalho. Mesmo com a recuperação no número de pessoas ocupadas, ainda assim podemos ter um aumento da taxa de desemprego", observou.

O economista disse que, com o fim do auxílio emergencial, a tendência é de crescimento no número de empregos informais.

"Com o tempo, as pessoas vão procurar de novo as atividades informais, em uma retomada do emprego informal, até mais forte do que o formal, no ano que vem. Ainda assim, imagino que isso será insuficiente para atender a todos que devem voltar a procurar emprego. Tivemos uma queda repentina com a crise, que foi muito grande. É difícil conseguir diminuir a taxa de desemprego."

**Veículo:** Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN  
**Título:** Média de mortes volta a subir no RN **Impacto:** Neutro  
**Link:** <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ma-dia-dia-ria-de-novas-mortes-causadas-pela-covid-sobe-no-rn/498621>

 **MÍ FACEBOOK**  
 Clique e compartilhe a página do Facebook.  
[facebook.com/tribunadonorte](https://www.facebook.com/tribunadonorte)

 **TEMPO ONLINE**  
 Clique e compartilhe a página do Tempo Online.  
[www.tempoonline.com.br](http://www.tempoonline.com.br)

 **TÁBUAS DE MARES**  
 Clique e compartilhe a página das Tábuas de Mares.  
[www.tabasdemares.com.br](http://www.tabasdemares.com.br)

**NOMEAÇÃO DE JOSÉ ARNÓBIO PARA A REITORIA DO IFRN É PUBLICADA PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - PÁGINA 12**

 **RN TV ONLINE**  
 Clique e compartilhe a página do RN TV ONLINE.  
[www.rn.tv](http://www.rn.tv)

**TRIBUNA DO NORTE**  
**natal**  
 Editor: Ricardo Araújo | [ricardoaraj@tribunadonorte.com.br](mailto:ricardoaraj@tribunadonorte.com.br) | Natal - Rio Grande do Norte - Terça-feira, 22 de dezembro de 2020

# Média de mortes volta a subir no RN

« PANDEMIA » Após um período de declínio no número diário de mortes causadas pela covid-19, Estado registra aumento com ocorrência de até 10 novos casos em 24h. Em Natal, Semurb interdita casas de show

**LUIZ HENRIQUE GOMES**  
Reportagem

A média diária de mortes causadas pela Covid-19 voltou a crescer no Rio Grande do Norte a patamares semelhantes ao observado no primeiro pico da pandemia. Entre os dias 3 e 10 de dezembro, a média móvel chegou a 8 óbitos diários, o maior número desde a média dos dias 23 de agosto a 1º de setembro, quando a curva estava em queda. Mas a maior semelhança é com a segunda semana de maio: assim como o momento atual, o número de mortes cresceu e chegou a 8 por dia no dia 12 daquele mês, segundo os dados compilados pelo Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LANS/IFRN).

Até todo, a pandemia do novo coronavírus matou 2.873 pessoas no Rio Grande do Norte até esta segunda-feira (22). Pelos menos duas ocorreram nas 24 horas anteriores à divulgação da Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap, RN). Outras 455 mortes permanecem em investigação e podem alterar a curva atual registrada pela Secretaria. A maioria das vítimas fatais (74,8%) são pessoas idosas (acima dos 60 anos).

O crescimento das mortes acontece semanas após o aumento de infecções do novo coronavírus no Estado e das internações decorrentes das complicações geradas pela covid-19. É um fluxo parecido com outros locais com novos casos: primeiro, os casos voltam a crescer, seguido das internações e, por último, as mortes aumentam. No país, a média móvel chegou a 765 mortes por dia neste domingo (20), aumento de 27% com relação a 14 dias atrás.

A Sesap já esperava o aumento no número de mortes como consequência da curva de casos, que voltou a crescer em novembro. "O aumento no número de mortes ocorre em vários lugares do mundo onde a curva de casos voltou a crescer. Sempre há um intervalo entre um e outro. Por causa disso, já esperávamos aqui", declarou



Após período de queda no registro diário de novas mortes, Sesap volta a registrar aumento. No dia 10 de dezembro foram 10 mortes

a subcoordenadora de Vigilância em Saúde da pasta, Alessandra Lucchesi.

Segundo Lucchesi, o aumento de mortes pode decorrer de dois fatores: condições particulares do paciente infectado e condições da rede de saúde. Com mais infectados, as probabilidades de haver pacientes em estado mais grave e da rede se sobrecarregar aumentam. A Sesap destacou que monitora as áreas com maiores taxas de óbitos para verificar se há carências de leitos.

Os últimos levantamentos da pasta, feitos nesta segunda-feira (21) pelo sistema Regula RN, indicam a disponibilidade de 32,6% dos leitos de unidade de terapia intensiva da rede pública (74 leitos), suficientes para a demanda atual de pacientes que ficam em estado grave. A ocupação de leitos é maior no Oeste e no Alto Oeste que, juntas, tem 8,2% de leitos ocupados.

Na rede particular, por outro lado, a situação é mais crítica desde o retorno da curva cres-

**Nos preocupamos muito com o que acontece no fim de ano, com confraternizações, festas e reunião de familiares»**

**MARISE REIS**  
Intelectual

cente de casos. Nesta segunda-feira, apenas 18% dos leitos críticos (27 leitos) estavam disponíveis. "O vírus voltou a circular com mais força entre as pessoas de classe média e jovens, isso é notável. Nos preocupamos muito com o que acontece no fim de ano, com confraternizações, festas e reunião de familiares", disse a infectologista Marise Reis, integrante do Comitê Científico da Sesap.

O último boletim epidemiológico divulgado pela Sesap, no dia 10 de dezembro, mostra que os municípios com mais óbitos são Natal (1.017), Mossoró (250) e Parangaricutuba (190). Com relação às taxas de mortes para cada 100 mil habitantes, os municípios com as maiores são Severiano Melo (6 mortes), Areia Branca (5,6 mortes) e Encanto (4,9 mortes).

### Preocupação

Segundo Alessandra Lucchesi, é esperado que Natal, Mossoró e Parangaricutuba tenham com mais mortes por serem as cidades com maior população. Ela afirmou que a Sesap trabalha com preocupações ativas de óbitos, que podem indicar uma situação mais grave dentro da realidade de cada município. "É o que observamos, é que as regiões do Alto Oeste e Oeste são as que mais tem dificuldades de baixar a curva de mortes. Elas nunca chegaram a zerar as mortes, como a região de Natal", declarou.

### Semurb interdita estabelecimentos em Natal

Após o fim de semana passado, os fiscais da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb) interditaram quatro casas de eventos, emitiram diversas notificações e autuaram a igreja, bares e estabelecimentos comerciais por descumprimento aos termos do Decreto 12.065, 2020 que dispõe sobre as regras sanitárias contra a covid-19. As ações contaram com apoio da Guarda Municipal e da Polícia Militar.

Natal, sexta (18), os fiscais interditaram um campo de futebol, em Mãe Luiza, zona Leste e uma casa de festas no bairro Guarapes, zona Oeste. Todos os eventos estavam programados para acontecer, sexta e sábado, sem licenciamento e com shows musicais de grande apelo popular, o que geraria grandes aglomerações.

No sábado (19), foi interditado parcialmente o local, onde iria acontecer um evento de Rap, no condomínio Village de Praia, no Guarapes, zona Oeste. A responsável pela festa foi autuada e avisada que não poderia realizar o evento. Durante a noite o local foi monitorado pela Guarda Municipal. O evento foi cancelado.

Ainda no sábado, uma arena de futebol society, que realizava um evento irregular, teve que encerrar a festa. O estabelecimento recebeu auto de infração por descumprimento ao Decreto. Após isso, a casa foi fechada. No domingo (20), a fiscalização esteve no Alecrim, onde havia muitas denúncias de poluição sonora de bares, com portaria rua, mas poucas casas comerciais estavam abertas. Segundo o supervisor ambiental, Felipe Gomes, que estava no plantão, a orientação foi para que fosse reforçada a necessidade de manter os protocolos e evitassem a poluição sonora.

Os fiscais receberam denúncias de que dois campos de futebol society em um Nova Descoberta e outro em Cidade Sítio, estavam realizando o supramencionado eventos. Os dois receberam autos de infração por realização de eventos sem autorização. No mesmo dia, um bar também recebeu auto de infração em Nova Descoberta e também foi autuado por descumprimento às normas.

Ainda no domingo uma igreja na Avenida Ayton Sena, zona Sul, teve suas atividades parcialmente interditadas. Os fiscais identificaram que não haviam espaços de higienização de calçados, espaço entre as escadas, desocupação das fileiras da frente, mas também não havia informações, de forma visual, acerca da capacidade de pessoas no templo e a metragem da área. "Os cultos estão suspensos, até que a Igreja certifique todas as irregularidades identificadas. As demais atividades do templo foram liberadas", disse Felipe Gomes. Nesta segunda-feira (21), o bar no bairro de Nova Descoberta também foi interditado e autuado por descumprimento de decreto.

### Óbitos por covid

Veja abaixo a evolução das mortes por covid no RN

Mortes por Covid-19 no RN



Casos acumulados  
+ 109.736 confirmados  
+ 53.557 suspeitos  
+ 2.873 óbitos



Foto: Imagens Epidemiológicas de Natal

## Festas no litoral potiguar têm aval da Justiça

Os produtores das festas privadas de réveillon nas praias de Pipa e de São Miguel do Gostoso, dois dos destinos mais badalados do Rio Grande do Norte, conseguiram autorização judicial para manter os eventos em meio ao aumento dos casos de Covid-19. As autorizações foram concedidas com a alegação de que as festas cumprem os deveres de saúde pública, com todas as exigências sanitárias atendidas, e de que o Judiciário não pode intervir nas decisões do Executivo Municipal.

Procurador, o Governo do Estado afirmou que, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), as medidas restritivas, como a proibição de festas, são de responsabilidade do Executivo Municipal. "O governo fez a recomendação de cancelamento das festas públicas e privadas de massa", define o decreto assinado pela governadora Fátima Bezerra.

Os dois municípios que terão festa de réveillon - Tibau do Sul

dos municípios", declarou através da assessoria de comunicação. A Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap) externou preocupação com o risco de aumento ainda maior do número de casos após esses eventos.

A recomendação citada está no decreto publicado no dia 9 de dezembro. O documento suspende shows e eventos de massa promovidos ou patrocinados pelo poder público estadual e recomenda que os municípios façam o mesmo. "Em atenção à competência concorrente para proteção da saúde pública entre os entes federados, fica recomendada aos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte a adoção de medidas necessárias para a suspensão de shows e eventos públicos ou privados de massa", define o decreto assinado pela governadora Fátima Bezerra.

Os dois municípios que terão festa de réveillon - Tibau do Sul

O governo fez a recomendação de cancelamento das festas públicas e privadas, mas não pode ir além disso porque esse é um assunto que o STF já entendeu ser dos municípios"

**NOTA DA SESAP**

É o Sr. Miguel do Gostoso - decretaram o cancelamento de festas públicas e patrocinadas pela Municipalidade, mas autorizam os eventos particulares desde que apresentem protocolos de segurança de acordo com as normas estabelecidas no documento. O Ministério Público do Esta-

do do Rio Grande do Norte (MPRN) tentou ações judiciais para a suspensão das festas, mas o Judiciário entendeu que ambos os lados seguem os decretos estabelecidos e que a decisão de estabelecer ou não medidas restritivas cabem aos municípios. O órgão ministerial emitiu recomendações para suspensão de eventos de fim de ano para, pelo menos, 39 municípios potiguares.

Os produtores das festas autorizadas judicialmente, após alguns dias de tensão e até mesmo de uma suspensão em Primeira Instância, no caso de Pipa, alegam seguir "um rigoroso protocolo" para a data da realização do evento. Em Pipa, os advogados da empresa "Lets Pipa Entretenimento LTDA" afirmam que o cancelamento pode levar a uma aglomeração ainda maior nas ruas centrais da praia, e que os espaços (da festa privada) seriam mais seguros.

**Veículo:** Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN

**Título:** Estado abrirá mais 63 leitos de UTI no RN **Impacto:** Neutro

**Link:** <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sesap-abrira-mais-104-leitos-dos-quais-63-sa-o-de-uti-para-a-covid/498619>

**10** Natal - Rio Grande do Norte  
Terça-feira, 22 de dezembro de 2020

natal

TRIBUNA DO NORTE

# Estado abrirá mais 63 leitos de UTI

« PANDEMIA » Secretaria de Estado da Saúde Pública convocou mais 66 trabalhadores temporários que irão atuar nos 104 novos leitos que serão abertos em diversos hospitais do RN para tratar infectados pela covid

O Governo do Estado afirmou que vai abrir mais 104 leitos (sendo 63 Unidades de Terapia Intensiva e 41 de clínica médica), com a convocação de 66 enfermeiros e um fisioterapeuta, feita no sábado (19), via Diário Oficial do Estado. A abertura faz parte do plano de ampliação de leitos destinados à Covid-19. Os profissionais serão distribuídos para os hospitais João Machado (Natal) e Rafael Fernandes (10 leitos) (Mossoró) e para os Hospitais Regionais de Macaíba e São Paulo do Potengi.

Convocados através de um Recrutamento para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, previsto em situações de emergência, os servidores se somam a cerca de outros 2 mil temporários contratados pelo Estado durante a pandemia. Além dos temporários, outros mil efetivos também foram contratados. Segundo os números do governo, as contratações permitiram a abertura de 611 leitos, o que equivale a seis Hospitais de Campanha.

Outros hospitais que fazem parte do projeto de expansão assistencial promovido pelo Governo do RN são: João Machado, em Natal, que está recebendo a estruturação de 20 novos leitos (10 clínicos e 10 UTIs); o Telecila Freitas Fontes, em Caicó, que recebeu mais 10 leitos de UTI; Em Pau dos Ferros, o Hospital Regional Cleodon Carlos de Andrade está em processo de implantação de 11 leitos (10 clínicos e 1 UTI); Em Mossoró, o Hospital São Luiz com 15 leitos (5 clínicos e 10 UTIs) inaugurados e,

ainda, o Rafael Fernandes que recebe seus novos leitos nesta segunda-feira (21).

No Vale do Assu, o Hospital Nelson Inácio dos Santos segue com o processo de estruturação de 6 leitos clínicos; no Mato Grande, a unidade de saúde Josefa Alves Godeiro dá andamento à abertura de 10 UTIs; já no Agreste Potiguar, o Lindolfo Gomes Vidal já teve 5 das 6 novas UTIs inauguradas; e a Região Potengi/Trairi, terá mais 16 leitos (10 clínicos e 6 UTIs) no Hospital Monsenhor Expedito, em São Paulo do Potengi.

O incremento viabilizou a distribuição de leitos em todas as Regiões de Saúde do Estado, com a implantação das estruturas nos municípios de Natal, Mossoró, Caicó, Pau dos Ferros, Assu, João Câmara, Santo Antônio e São Paulo do Potengi. Com a expansão, tanto aumentará a oferta de leitos, quanto facilitará a transferência de pacientes entre as unidades, quando necessário.

## Investimento

O investimento supera os R\$ 236,8 milhões, de acordo com o governo. A secretária-adjunta de Saúde Pública do Estado, Maura Sobreira, ressaltou que o governo está fortalecendo a rede do Sistema Único de Saúde (SUS) para que haja atendimento adequado em todas as regiões do Estado. "Nesse momento da pandemia, 104 leitos estão sendo redirecionados [para a Covid-19] nas diferentes regiões de saúde, facilitando o acesso da população potiguar ao atendimento covid", afirmou a secretária-adjunta.



No Hospital Regional Rafael Fernandes, em Mossoró, unidades de terapia intensiva foram montadas para suprir demanda de casos

## SMS Natal monitora casos de covid e faz alerta

Desde as primeiras notificações da pandemia do novo coronavírus, a Secretaria Municipal de Saúde de Natal (SMS/Natal) realiza um monitoramento dos casos via telefone, com ligações diárias aos pacientes que testam positivo e ficam em isolamento domiciliar. O intuito é de monitorar os sintomas. O serviço de rastreamento é de responsabilidade das Unidades Básicas de Saúde dos municípios, sendo uma recomendação do Ministério da Saúde. Atualmente,

o Departamento de Atenção Básica (DAB) da SMS Natal desenvolve esse trabalho de acompanhamento aos pacientes notificados pela Covid-19.

O monitoramento é feito com algumas informações contidas na ficha de notificação preenchida nas unidades; e alerta para indivíduos que podem passar pelo setor com envio de códigos ou solicitação de dados financeiros durante as ligações. A plataforma utilizada é o Sistema de Atenção e Vigilância em Saúde, que dispõe de al-

guns dados que podem ser solicitados ou confirmados no momento das ligações: nome completo, CPF, e endereço, por exemplo.

Em nenhum momento, informações sigilosas como dados bancários, cartão de crédito ou envio de códigos de confirmação são solicitados pelos profissionais. O sistema foi desenvolvido pelo Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS/HUOL/UFRN) para a melhoria de checagem de dados dos pacientes.

A SMS alerta aos pacientes sobre as informações pedidas no momento do acompanhamento para que não caiam em possíveis golpes. Dados complementares como ocupação e local de trabalho (e se pertence ao sistema prisional), sinais e sintomas apresentados, dados sobre as pessoas com as quais tiveram contatos próximos para observar o desenvolvimento de sinais e sintomas (nome, CPF, telefone e parentesco) também podem ser solicitados no ato do contato.



**Veículo:** O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF  
**Título:** O equilíbrio fiscal em risco no Congresso **Impacto:** Neutro

2 |

## Opinião do GLOBO

# O equilíbrio fiscal em risco no Congresso

*Projetos que tramitam sem alarde poderão comprometer as finanças do Estado por até uma década*

**A** proposta do Orçamento de 2021 já prevê um déficit primário de quase R\$ 250 bilhões, sem considerar projetos que tramitam no Congresso, acompanhados com atenção pelo Tesouro. São, no conjunto, uma bomba fiscal de alto poder de destruição. A recessão da pandemia levou os parlamentares a aprovar linhas bilionárias de ajuda para estados e municípios, programas de apoio a empresas e auxílio emergencial a cidadãos. Era necessário. Mas a busca incessante de governadores e prefeitos por recursos da União embute um risco fiscal nada pequeno.

Relatório do Tesouro Nacional calcula que o pacote de projetos de socorro a estados e municípios poderá custar à União R\$ 589 bilhões em dez anos. É indiscutível que esses entes federativos não têm como se reerguer sem a ajuda do governo federal. Mas tudo depende das condições do socorro. Depende, sobretudo, das contrapartidas exigidas — e de serem ou não cumpridas. O socorro a estados e mu-

nicipios em apuros pode até ser inevitável, mas não a qualquer preço.

Já foi aprovada neste mês a flexibilização do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), criado pelo próprio Tesouro. As condições iniciais de adesão e contrapartidas só permitiram o credenciamento do Rio de Janeiro. Com as mudanças, o RRF poderá abrigar outros estados. Passou também pelo Congresso um projeto de lei complementar derivado do “Plano Mansueto” — assim chamado por ter sido lançado pelo ex-secretário do Tesouro Mansueto Almeida —, para ajudar municípios, não abrangidos pelo RRF. Como se trata de auxílios voltados ao alívio das dívidas de governos, por meio de empréstimos com aval da União, não há impacto direto nos gastos do Tesouro. Mas isso não significa que deixem de representar uma ameaça para um endividamento público já astronômico.

Outras ameaças estão em gestação no Parlamento. Entre elas, o relatório do Tesouro cita a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que estabelece uma transferência adicional de 1% ao

Fundo de Participação dos Municípios na arrecadação de impostos federais (basicamente Imposto de Renda sobre Produtos Industrializados). Custará R\$ 35,2 bilhões em uma década. A PEC já foi aprovada no Senado e em um dos dois turnos da Câmara.

Outra PEC amplia o Fundo de Participação dos Estados, aumentando de 21,5% para 26% a alíquota que incide sobre a arrecadação dos impostos federais para calcular os recursos transferidos ao fundo. Nesse caso, a conta para a União será de R\$ 165,7 bilhões em uma década. Apoiam a proposta 30 senadores, entre eles alguns da base do governo.

O momento é politicamente delicado no Congresso, ocupado com os embates sobre os futuros presidentes de Câmara e Senado. Mas é preciso que lideranças lúcidas impeçam que se comprometa hoje, por ao menos mais uma década, uma segurança fiscal que já está longe de garantida. Preocupa que nem o presidente nem sua base parlamentar, o Centrão, demonstrem muito apreço pela responsabilidade fiscal.

**Veículo:** O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF  
**Título:** Recorde de gastos **Impacto:** Neutro

6 |

Terça-feira 22.12.2020 | O GLOBO

País



SUSPENSÃO DO JUIZ DE GARANTIAS

Alexandre de Moraes pede para Fux esclarecer liminar

Despacho foi em resposta a habeas corpus coletivo que pedia liberdade de presos [globo.com/3mLWoQM](https://globo.com/3mLWoQM)

# RECORDE DE GASTOS

## Congresso deve impor ao Executivo quase R\$ 18 bilhões em emendas



NATÁLIA PORTINARI  
natalia.portinari@fbb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

"A gente está vivendo um parlamentarismo orçamentário. O Parlamento está cada vez mais carimbando para o governo executar"

Renatho Melo, diretor do Inop

"Orçamento é prerrogativa do Parlamento"

Ricardo Barros, deputado pelo PP-PR e líder do governo no Congresso

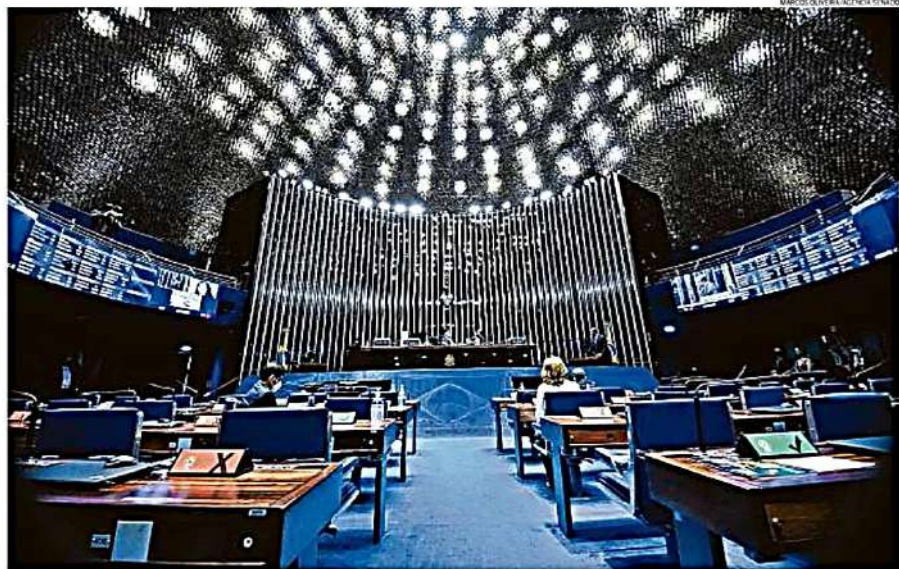
Com a base do governo enfraquecida e ainda sob o risco de ter na presidência da Câmara um nome não alinhado ao presidente Jair Bolsonaro, o Congresso deve impor ao Executivo um valor recorde de emendas parlamentares ao Orçamento. Na elaboração do plano de gastos do ano que vem, o Legislativo definirá o destino de uma cifra de cerca de R\$ 17,7 bilhões — ainda maior do que os R\$ 15,4 bilhões remetidos a emendas individuais e de bancadas estaduais em 2020.

Neste ano, pela primeira vez, as emendas das bancadas estaduais — de parlamentares de cada estado — foram impositivas, ou seja, de pagamento obrigatório. Isso significa que o governo teve que pagar R\$ 5,9 bilhões conforme indicado pelo Congresso. Essa quantia deve aumentar para cerca de R\$ 8 bilhões em 2021, já que foi aprovado um aumento gradual ano a ano.

As emendas individuais, também de pagamento obrigatório, segundo a Constituição, devem aumentar de valor ou pelo menos permanecer no mesmo patamar. A previsão no Orçamento enviado pelo governo é de R\$ 9,7 bilhões, mais do que os R\$ 9,5 bilhões a que parlamentares tiveram direito este ano.

Os valores exatos dependem de como será a receita do governo federal em 2020, o que ainda pode mudar em relação à previsão do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa). No ano passado, no total, R\$ 34 bilhões foram destinados a emendas, um quarto dos R\$ 135 bilhões do Orçamento que gestores podem decidir como usar (o chamado orçamento discricionário).

Dentro dessa soma, esta-



vam R\$ 18 bilhões destinados às "emendas de relator". Em 2019, o Congresso aprovou, de forma inédita, que R\$ 30 bilhões ficariam nas mãos do parlamentar que trabalhou como relator do Orçamento, Domingos Neto (PSD-CE), para decidir em que gastar. Após atritos com o governo federal, o valor foi reduzido para R\$ 18 bilhões. O Congresso cedeu também na ideia de tornar todos esses pagamentos impositivos (obrigatórios).

— A gente está vivendo um parlamentarismo orçamentário. O Parlamento está cada vez mais carimbando

para o governo executar — diz Renatho Melo, diretor do Instituto Nacional de Orçamento Público (Inop). — Um efeito interessante é que os ministérios perceberam isso, e boa parte do Orçamento já é montado para atender emendas.

### EMENDAS DO RELATOR

O líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), disse ao GLOBO que as emendas de relator — o valor para 2021 e se vão ser impositivas — serão rediscutidas. Questionado sobre se o orçamento recorde de emen-

das parlamentares pressiona o governo, ele negou:

— O Orçamento é prerrogativa do Parlamento.

Eduardo Gomes (MDB-TO), líder do governo no Congresso, disse que a definição sobre o Orçamento depende ainda da previsão de gastos com o combate à pandemia e que, antes disso, não é possível prever quanto espaço haverá para emendas de relator.

— Vai depender muito de como o próximo ano será discutido, do ponto de vista de política econômica. Não dá para a gente saber se vai ter restabelecido o Orçamento completamente até lá. Até 31 de dezembro, estamos sob o Orçamento de Guerra, mas precisamos de uma discussão entre os líderes — disse Eduardo Gomes.

As emendas parlamentares e as emendas de relator são parte do orçamento de investimentos. Essa fatia

tende a ser reduzida com o aumento dos gastos obrigatórios ano a ano, já que há um teto de gastos constitucional.

Em 2015, o Congresso mudou a Constituição para tornar impositivas as emendas individuais. O relator do Orçamento era o então senador Romero Jucá (MDB). A mudança já era um sinal de enfraquecimento do Executivo diante do Parlamento, o que se agravou na gestão de Michel Temer e Bolsonaro.

Desde então, porém, após garantir o pagamento das emendas, o Congresso aumentou a pressão sobre o Orçamento "livre" dos ministérios. Em votações importantes, como foram recentemente a Reforma da Previdência e o redesenho ministerial de Bolsonaro, são liberados pagamentos "extras" de indicações informais para as bases.

**Plenário do Senado.** O senador Eduardo Gomes (MDB-TO) disse que valor das emendas do relator, não impositivas, ainda será discutido: em 2020 foi de R\$ 18 bilhões

## R\$ 8

bilhões

É o valor previsto para as emendas de bancada em 2021; este ano, cifra ficou em R\$ 5,9 bilhões

## R\$ 9,7

bilhões

É a previsão que do que será remetido às emendas individuais, ante os R\$ 9,5 bilhões deste ano

Veículo: O Globo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 22/12/20 - Cidade/UF: Brasília / DF  
Título: Mutante vigiado Impacto: Neutro

O GLOBO | Terça-feira 22.12.2020

11

Sociedade



LONGE DO FIM  
Brasil ultrapassa 187 mil mortes por Covid-19

Foram notificados 549 óbitos e 26.871 novos casos em 24 horas. oglobo.com.br/sociedade

# MUTANTE VIGIADO

## Nova variedade do coronavírus 'não está fora de controle', diz OMS

LONDRES

**A** nova variante do coronavírus descoberta no Reino Unido, a B.1.1.7, parece se espalhar mais rapidamente, mas "não está fora de controle", disse ontem a Organização Mundial da Saúde (OMS), pedindo a continuação da aplicação de medidas sanitárias que já demonstram eficácia.

— Registramos um R0 [taxa de transmissão do coronavírus] muito superior a 1,5 em diferentes momentos desta pandemia, e a controlamos. Essa situação, nesse

sentido, não está fora de controle — disse o chefe de emergências da OMS, Michael Ryan, em entrevista.

Ryan informou que "embora o vírus tenha se tornado um pouco mais eficiente em termos de propagação, ele pode ser interrompido".

— As medidas atuais são boas. Devemos continuar fazendo o que fizemos até agora — disse o médico. — Podemos ter que fazer isso com um pouco mais de intensidade e durante mais tempo para ter certeza de que podemos controlar esse vírus.

A OMS disse que espera

ter mais detalhes sobre o possível impacto da nova cepa do coronavírus em breve. Não há evidências de que a variante do vírus aumente a gravidade da doença, embora seja mais transmissível, disseram autoridades.

A OMS também afirmou que a emergência de variantes é normal da evolução de uma pandemia, e a descoberta mostra que novas ferramentas para rastrear o vírus estão funcionando.

— É importante ter transparência, dizer ao público como isso funciona — disse. — Ser capaz de rastrear um vírus tão

de perto, tão cuidadosamente, cientificamente e em tempo real é um desenvolvimento realmente positivo para a saúde pública global, e os países que fazem esse tipo de vigilância devem ser elogiados.

**BLOQUEIO AÉREO**

Depois que um estudo endossou a conclusão de que a B.1.1.7 é mais infecciosa do que as versões anteriores do Sars-CoV-2, governos da Europa e das Américas anunciaram restrições a voos e viagens ao Reino Unido.

Flávio Guimarães da Fonseca, virologista da Univer-

sidade Federal de Minas Gerais (UFMG), diz crer que seria prudente o Brasil seguir o caminho de restrições como as já adotadas pelos vizinhos Argentina, Chile, Colômbia e Peru.

Para ele, medidas de bloqueio aéreo precisariam ser acompanhadas ainda de políticas similares para nações com altos índices de incidência da Covid-19, como a Bélgica e os Estados Unidos. Do contrário, o país continuaria exposto não apenas a pessoas potencialmente contaminadas com a nova variante como também sujeito ao cresci-

mento de casos da doença através de novos vetores do vírus em território nacional.

Não está claro ainda se as mutações do B.1.1.7 poderiam comprometer o funcionamento de vacinas. Especialistas consultados pelo jornal New York Times dizem que é provável que a habilidade para escapar da imunidade criada por vacinas demore anos a surgir.

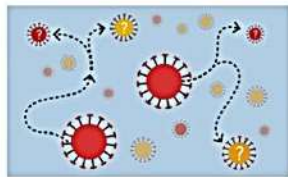
Colaborou Johanns Eller

**LEIA NA PÁGINA SEGUINTE: BRASIL NÃO IMPÕE RESTRIÇÃO DE VOOS DO REINO UNIDO**

**TIRE DÚVIDAS SOBRE CEPA DO VÍRUS DESCOBERTA NO REINO UNIDO**

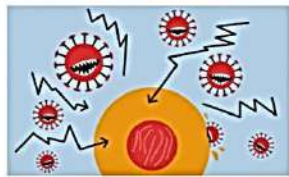
**O QUE É A MUTAÇÃO OCORRIDA NO CORONAVÍRUS?**

Apesar do apelo espetacular que a palavra "mutação" adquiriu com histórias de ficção científica, ela descreve um fenômeno biológico corriqueiro e consiste em pequenos "erros de cópia" do material genético (DNA ou RNA) que ocorrem de uma geração para outra de um organismo.



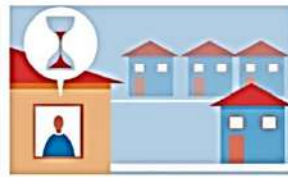
**ESSA VARIANTE DO VÍRUS É MAIS PERIGOSA?**

Há pouca informação científica disponível ainda, mas, como oito das mutações do B.1.1.7 ocorrem na proteína "espícula", que o Sars-CoV-2 usa para invadir células humanas, as alterações podem ter tornado o vírus mais capaz de proliferar.



**É PRECISO MESMO AMPLIAR MEDIDAS DE DISTANCIAMENTO?**

O Reino Unido implementou novas medidas de lockdown, mas tinha motivos de sobra para isso mesmo sem a presença do B.1.1.7, porque a epidemia saiu do controle na segunda onda. O bloqueio de alguns países europeus a voos britânicos é uma medida mais extrema.



**ESSA É A ÚNICA VARIANTE MUTANTE PREOCUPANTE DO CORONAVÍRUS?**

Não. Uma variedade que cresceu na África do Sul também está na mira dos cientistas. Uma outra que se propagou bastante na Espanha durante o verão também levantou alerta, mas cientistas depois concluíram que sua proliferação era explicável pelo comportamento humano.



**A MUTAÇÃO OCORRIDA NO CORONAVÍRUS AGORA É PREOCUPANTE?**

Uma variante do vírus com 17 mutações, designada pela sigla B.1.1.7, aumentou em prevalência no Reino Unido nas quatro últimas semanas, e cientistas levantaram um alerta, temendo que ela tenha ganhado espaço por ser mais infecciosa do que outras.



**OS CIENTISTAS TÊM CERTEZA DISSO?**

Ainda não há experimentos de laboratório que confirmem essa infectividade, e, por enquanto não se pode descartar que a prevalência do B.1.1.7 tenha aumentado via "deriva genética". Por exemplo, pode ser que esse vírus tenha tido a sorte de entrar numa população humana que se isolou pouco.



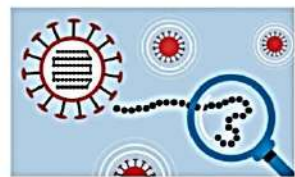
**A MUTAÇÃO VAI PREJUDICAR A EFETIVIDADE DE VACINAS?**

Há um estudo sugerindo que uma das mutações do B.1.1.7 o ajude a escapar da detecção pelo sistema imune de pessoas teoricamente já resistentes ao coronavírus. Cientistas, porém, creem que vacinas devem gerar imunidade suficientemente abrangente para contornar isso.



**COMO A NOVA VARIANTE DO VÍRUS É DETECTADA?**

Em princípio é preciso sequenciar o material genético do vírus B.1.1.7 para identificá-lo, o que é caro. Um teste diagnóstico do tipo PCR, que detecta três segmentos do RNA do novo coronavírus, porém, pode ser útil para o monitoramento dessa variante pelo mundo.



Veículo: O Globo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 22/12/20 - Cidade/UF: Brasília / DF  
Título: Há vagas, mas para temporários Impacto: Neutro

## Economia

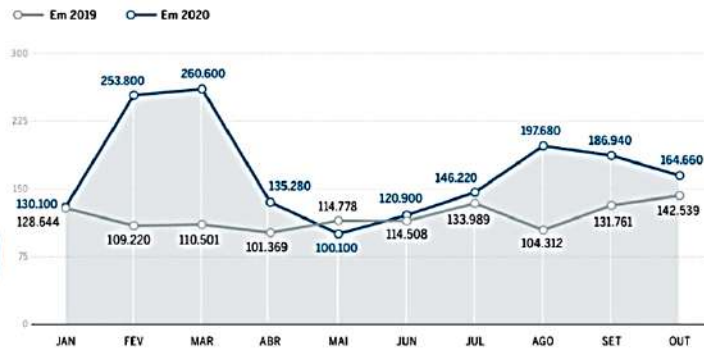


NOVA GIGANTE AUTOMOTIVA

UE aprova fusão de Fiat Chrysler e PSA

NA WEB Juntas, empresas formam a quarta maior montadora do mundo. a Stellantis [glo.bo/2WCADrK](http://glo.bo/2WCADrK)

### ALTA DAS CONTRATAÇÕES



Fonte: Associação Brasileira do Trabalho Temporário

Editoria de Arte

### EFEITOS DA COVID-19

# HÁ VAGAS, MAS PARA TEMPORÁRIOS

## Contrato de curta duração sobe 37% de março a outubro e deve seguir em alta em 2021

CAROLINA NALIN\*  
carolina.nalin@oglobo.com.br

Uma solução de fim de ano virou a saída para o ano inteiro em razão da pandemia. Sem previsibilidade sobre o ritmo da retomada econômica e da crise da Covid-19, as empresas estão recorrendo à contratação de temporários para repor vagas, uma tendência, que, segundo os especialistas, deve se estender para 2021. De março a outubro, houve aumento de 37% neste modelo de contratação, com 1,3 milhão de trabalhadores temporários, segundo a Associação Brasileira do Trabalho Temporário (Asserttem).

Somente no mês de agosto, foram 197 mil temporários, o maior patamar já registrado desde o início da série, em 2014. De um lado, as empresas buscam minimizar riscos ao repor o quadro de pessoal com contratos de curta duração. De outro, recorrem a modelos de seleção digitais, com uso da tecnologia para evitar os riscos da pandemia. A projeção para o ano é de um total de 1,9 milhão de temporários, alta de 28%. Segundo especialistas, o aumento de temporários, neste caso, não indica maior chance de efetivação.

A pandemia criou uma situação de emergência e insegurança nas empresas, avalia Marcos de Abreu, presidente da Asserttem:

—Elas precisaram se reinventar e buscar alternativas formais para contratar trabalhadores, preservando direitos, mas com fôlego para acompanhar a oscilação da economia.

Um sinal de que o mercado de trabalho não se comportou como nos anos anteriores é que a maior parte das contratações temporárias (65%) ocorreu na indústria, em segmentos como alimentos, farmacêutica e embalagens. Em seguida, aparece o setor de serviços, com 25% do total, e o comércio, com 10%.

—Historicamente, o comércio é que sempre puxou as contratações de temporários, principalmente no segundo semestre — analisa Abreu.

A BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão, contratou mais de 7 mil pessoas no terceiro trimestre, das quais 4 mil são temporárias. Welton Roberto Shalabi, líder global de Recrutamento na BRF, afirma que parte dos temporários foi contratada para dar conta do crescimento das vendas e parte para cobrir o

pessoal do grupo de risco, que teve que ser afastado preventivamente:

—A empresa afastou mais de dez mil pessoas do grupo de risco e busca ativa (por meio da testagem dos funcionários), mas todos mantiveram seus rendimentos e benefícios.

No Grupo Pão de Açúcar (GPA), cerca de 7 mil colaboradores temporários foram contratados ao longo do ano, com mais da metade das vagas ocupadas no primeiro semestre. Camila Zanchim, gerente de RH do GPA, conta que houve um aumento nas vendas de alimentos com a pandemia, e a demanda acima do esperado exigiu reforço de pessoal:

—Existe a contratação temporária por sazonalidade por datas como Dia das Mães, férias, fim de ano e carnaval, mas esse ano fugiu à regra. Nunca tínhamos contratado 5 mil temporários em dez dias.

A seguradora Porto Seguro lançou em julho um programa de contratação de dez mil

Incerteza. Marcela Fulgoni voltou ao trabalho informal

temporários e já selecionou cerca de 7400 profissionais. O projeto inclui um programa de capacitação à distância e renda mensal de R\$ 1.500 durante três meses. Os inscritos que não foram selecionados tiveram a chance de fazer mais de dez cursos à distância para apoiar a capacitação e a recolocação no mercado de trabalho.

Carolina Zwarg, diretora de Recursos Humanos e institucional da Porto Seguro, afirma que o programa de contratação de temporários surgiu como um compromisso da seguradora em tempos de incerteza.

Há chances de efetivação de alguns profissionais, mas o percentual não é revelado:

—Era importante fazer algo que ajudasse financeiramente as pessoas atingidas pela crise e servisse de espaço para que elas atualizassem os seus conhecimentos, preparando-se para um recomeço.

Na avaliação de Thiago Xavier, economista da Tendências Consultoria Integrada, o momento atual de incerteza em relação à economia favorece o contrato flexível. E a reforma trabalhista de 2017 facilitou a adesão ao modelo na crise:

—A pandemia aprofundou a mudança. Quando se tem incertezas que dificultam a visualização do seu negócio daqui a quatro ou cinco meses, você não se compromete com custos como o de pessoal.

O economista avalia que, no curto prazo, a contratação de temporários pode ser uma saída positiva, se representar o caminho para a carteira assinada de quem estava na informalidade. Mas, se for um profissional com qualificação superior à vaga oferecida, pode ser um sinal de fragilidade da economia.

Com a incerteza diante do aumento do número de casos e de quando chegará a vacinação, a expectativa é que o trabalho temporário continue a ter destaque em 2021. Com o fim do auxílio emergencial, há projeção de impacto negativo sobre o consumo, especialmente entre as famílias de menor renda. Além disso, o setor de serviços é o que mais emprega no país, mas boa parte dos postos depende de atividades presenciais. Segundo Xavier, por ora, a tendência é de flexibilização do emprego:

—O mercado de trabalho vai gerar novos postos, mas deve ser insuficiente diante da quantidade de pessoas que devem voltar a procurar trabalho. É um ambiente incerto em que se deve ter bastante contratação temporária como alternativa para as empresas.

A oscilação entre o emprego informal e a ocupação em uma vaga temporária define a situação de incerteza em que se encontra Marcela Fulgoni, de 44 anos. Depois de trabalhar por dois anos como motorista de aplicativo e particular, Marcela conseguiu um trabalho temporário como cozinheira em um restaurante. No fim de outubro, porém, a casa precisou encerrar as atividades, e ela voltou a trabalhar por aplicativo.

—Não havia muita perspectiva de efetivação lá, então mesmo empregada eu já buscava outros postos de trabalho. Mas agora decidi alugar um carro e voltar para o aplicativo, porque está sendo mais vantajoso do que insistir na tecla da procura pelo emprego e ficar na espera — conta ela.

### EFETIVAÇÃO MENOR

Na avaliação dos especialistas, as incertezas que pairam sobre o comportamento da economia em 2021 tornam mais difícil a efetivação de boa parte desses profissionais.

—Existe todo ano uma expectativa de que muitas dessas vagas temporárias se convertam em vagas efetivas, mas a tendência neste ano é que não haja tantas conversões. Muitas vagas de temporários foram abertas para admitir de uma maneira mais segura devido às incertezas e substituir os efetivos que foram afastados ou demitidos — afirma Paulo Sardinha, presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH).

A CNC projeta que 19,8% dos temporários sejam efetivados após o Natal. Em 2019, a taxa foi de 29,1%. A entidade afirma que a incerteza quanto ao desempenho do varejo, no início de 2021, deve dificultar a efetivação. (\*Estagiária, sob orientação de Danielle Nogueira)



**Veículo:** O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF  
**Título:** Arrecadação de impostos em novembro cresce 7,3% **Impacto:** Neutro

# Arrecadação de impostos em novembro cresce 7,3%

Resultado é o maior para o mês desde 2014 e foi puxado por pagamentos de impostos adiados pelo governo por conta da pandemia. Entre janeiro e novembro, Receita estima que R\$ 62,8 bilhões em tributos foram prorrogados

**GABRIEL SHINOHARA**  
gabriel.shinohara@o5.globo.com.br

**A** Receita Federal registrou crescimento de 7,3% na arrecadação de impostos em novembro na comparação com o mesmo mês de 2019. O resultado de R\$ 140,1 bilhões foi o maior desde 2014, quando o governo arrecadou R\$ 142,3 bilhões (ajustado pela inflação). Os números foram divulgados ontem pelo Ministério da Economia.

Esse é quarto mês seguido de variação positiva da

arrecadação. Em outubro, o governo já tinha registrado uma alta de 9,5%, refletindo o pagamento de tributos adiados durante a pandemia de Covid-19.

Assim como no mês anterior, foram os pagamentos de impostos adiados que fizeram a diferença na arrecadação de novembro. Entraram nos cofres públicos somente nesta rubrica R\$ 14,8 bilhões. Além disso, a arrecadação de R\$ 1,2 bilhão do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

(CSLL) também contribuiu positivamente.

Por conta da pandemia do novo coronavírus, o governo adiou três meses de impostos das empresas — PIS/Cofins e contribuição patronal para a Previdência —, com o objetivo de aliviar o caixa das companhias. Eles devem ser pagos até o fim do ano.

Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, espera que todo o volume de pagamentos que foi postergado durante a crise seja pago.

Entre janeiro e novembro, a Receita estima que R\$ 62,8 bilhões em tributos foram adiados.

A isenção da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), por outro lado, contribuiu para uma redução na arrecadação. Essa medida foi tomada no início do ano para estimular a economia e retirada por um curto período de tempo para compensar as despesas com a crise energética no Amapá.

O desempenho da arrecadação costuma servir como um dos termômetros para

atividade econômica do país. Em um cenário de economia mais pujante, as indústrias produzem mais, os comércios vendem mais e as famílias compram mais, o que resulta em um aumento na arrecadação do governo.

## AINDA ABAIXO DE 2019

Apesar da recuperação nos últimos meses, o resultado da arrecadação neste ano ainda é menor do que em 2019. O R\$ 1,35 trilhão arrecadado de janeiro a novembro de 2020 é o menor número para o período desde 2010, quando R\$

1,29 trilhão foi para os cofres públicos.

O subsecretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Erik Alencar Figueiredo, disse que, como outros indicadores, entre eles o desempenho da indústria e do varejo, a arrecadação mostra uma recuperação da economia:

— Temos indicativos de que a economia brasileira retomou sua trajetória de crescimento e esperamos que 2021 continue seguindo o que nós observamos nos últimos quatro meses.

## Em 21 estados e no DF, gasto com pessoal supera 50% das receitas

No Rio Grande do Sul, folha consome 77% da arrecadação e, no Rio, 65%

**MARCELLO CORRÊA**  
marcello.correa@o5.globo.com.br

**E**m 21 estados e no Distrito Federal, os gastos com pessoal representam mais da metade das receitas arrecadadas por esses governos entre janeiro e outubro. Os dados fazem parte de um relatório divulgado ontem pelo Tesouro Nacional.

De acordo com o documento, o Rio Grande do Sul foi o estado que mais comprometeu recursos para o pagamento desse tipo de despesa. No período analisado, 77% da receita foram usados para pagamento de salários e encargos de funcionários na ativa, aposentados e pensionistas.

No Rio, o percentual foi de 65%, o que posiciona o estado em terceiro lugar na lista, atrás apenas do Rio Grande do Sul e do segundo colocado, Rio Grande do Norte, onde o custo com a folha representou 72% da receita corrente líquida entre os meses de janeiro e agosto.

A proporção entre despesas com pessoal e receita é um dos indicadores de

saúde das contas públicas previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). De acordo com o texto, estados não devem comprometer mais que 60% do que arrecadam com esse tipo de gasto.

De acordo com o relatório do Tesouro, dez estados apresentam percentual igual ou maior que o previsto em lei.

### CANDIDATOS AO NOVO RRF

O grupo de estados que mais gastam com salários e encargos inclui os candidatos a ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que foi reformulado por meio de um projeto de lei aprovado semana passada pelo Congresso Nacional. O texto ainda precisa ser sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro.

O programa prevê um alívio no pagamento da dívida com a União por até dez anos. Em troca, os entes beneficiados devem promover medidas de ajuste fiscal, como corte de gastos, venda de ações em estatais e redução de benefícios tributários.

O projeto estabelece o

ano de 2032 como data final para que os estados cumpram o limite previsto de gastos com pessoal. Além disso, o novo programa unifica as regras para calcular estas despesas. Hoje, alguns estados excluem os inativos da conta, o que tem sido usado para melhorar o quadro das finanças locais.

Hoje, só o Rio faz parte da versão antiga do RRF e é um dos postulantes a ingressar no novo plano. Com a aprovação do projeto, o estado poderá preparar um novo plano para ajustar as contas em até dez anos, seguindo as novas regras. Pelas regras originais, o RRF tem duração máxima de seis anos — três anos, prorrogáveis por mais três.

Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais também têm interesse de ingressar. Comprometer mais que 60% da receita com gastos com pessoal é um dos critérios para acesso ao programa.

Para a economista Margarida Gutierrez, professora da Coppead/UFRJ e especialista em contas públicas, a possibilidade

## O PESO DAS DESPESAS COM SALÁRIOS

(em % da Receita Corrente Líquida)

GASTOS COM PESSOAL POR ESTADO



Fonte: Tesouro Nacional

Editoria de Arte

de que estados ingressem no programa é positiva, porque a exigência de ajuste fiscal induz a reformas estruturantes.

— Esses planos de ajuste dão um alívio, mas obrigam a determinadas reformas. É aí que está a vantagem desses planos. Você

alivia, mas não sem nada em troca. Isso pode significar uma mudança na estrutura dos gastos de estados e municípios — afirma a especialista.

Margarida pontua que a solução para os gastos com pessoal, no caso dos governos locais, é ainda

mais importante do que na União.

— Esse dado sinaliza a urgência de fazer uma revisão do gasto obrigatório. Na União, várias despesas pressionam essa conta. No caso dos estados, gasto obrigatório é só pessoal — acrescenta.

**Veículo:** Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/12/20 - **Cidade/UF:** DF  
**Título:** Guedes prepara projetos para elevar no curto prazo a arrecadação de impostos **Impacto:** Neutro

# mercado

FOLHA DE SÃO PAULO \*\*\*  
TERÇA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 2020 A11

## Guedes prepara projetos para elevar no curto prazo a arrecadação de impostos

Uma das medidas da chamada '5ª reforma tributária' muda tributação sobre valorização de imóvel

Thiago Resende

**BRASÍLIA** Para elevar a arrecadação no curto prazo, o Ministério da Economia prepara um projeto para permitir a cobrança de uma taxa pela valorização de imóveis declarados na Imposto de Renda. A medida faz parte de um pacote que o ministro Paulo Guedes (Economia) tem chamado de quinta etapa da reforma tributária, cuja meta é elevar receitas públicas por meio de mudanças na legislação.

O Congresso ainda não aprovou nenhuma etapa da reforma tributária de Guedes. Hoje, não é possível atualizar, na declaração anual do IR, o preço do imóvel de acordo com o valor de mercado. Mas, no momento da venda, é necessário pagar uma taxa de 15% a 22,5% sobre a valorização do bem (diferença entre preço de compra e venda).

Por exemplo, se imóvel foi comprado em 2005 por R\$ 100 mil e vendido em 2020 por R\$ 200 mil, a cobrança será sobre a diferença (R\$ 100 mil), ou seja, a valorização do bem. A ideia é permitir a atualização do valor do imóvel e já cobrar uma taxa de 15% ou 22,5% na valorização. A atualização do preço não deve ser obrigatória.

Isso representaria mais receita para os cofres públicos nos próximos anos. Para o contribuinte, seria vantajoso para quem comprou o imóvel há muitos anos e quer vendê-lo. Integrantes do Ministério da Economia afirmam que, apesar da redução na alíquota, a medida ajudaria a elevar a arrecadação, pois as regras atuais têm brechas para a isenção do tributo sobre o lucro imobiliário, por exemplo, ao usar o dinheiro obtido com a venda para comprar outro imóvel.

Os cálculos sobre potencial de arrecadação dessa medida ainda estão sendo finalizados. Em maio do ano passado, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou que enviaria ao Congresso projeto de lei capaz de gerar mais receita que a reforma da Previdência, que estava em discussão na Câmara. Depois, a Receita Federal confirmou os estudos de um projeto de atualização do valor de imóveis para aumentar a arrecadação.

Porém, segundo membros da Economia, o impacto da medida nas contas públicas está muito distante do efeito das novas regras de aposentadoria e pensão, que deve curtir cerca de R\$ 800 bilhões em dez anos em despesas públicas.

A ideia não é apenas atualizar as regras e a pasta de Guedes trabalha com uma versão do texto a ser enviado ao Congresso. O texto deve prever ainda um regime de regularização de bens imóveis. O objetivo é permitir que quem comprou imóvel de forma lícita, mas não o declarou ou fez a declaração com incorreções, poderá, de forma voluntária, acertar as contas com a Receita. A alíquota deve ser de 15%.

Em outra frente, o governo quer ampliar as renegociações com devedores, permitindo o pagamento — com desconto — de débitos com a União. Chamado de "passaporte tributário", o projeto visa encerrar discussões judiciais concedendo redução no montante devido por empresas.

Guedes avalia que grandes companhias têm poder econômico para adiar o pagamento à União e, por isso, o programa buscaria incentivar a quitação da dívida no curto prazo.

Não está nos planos abrir um novo bônus — parcelamento do débito com desconto. A empresa que aderir ao "pas-

suporte tributário" teria de buscar um financiamento em bancos, por exemplo, para quitar a dívida de uma só vez. Esse pacote de medidas arrecadatórias tem sido classificado por Guedes e aliados como a quinta fase da reforma tributária. Mas pode ser

anunciado antes de outros itens da reforma. Até hoje, o governo apresentou formalmente apenas a primeira etapa da proposta. Membros do Ministério da Economia mantêm conversas com congressistas para que as próximas fases sejam

incluídas direto no relatório da reforma, em elaboração pelo deputado Aginaldo Ribeiro (PP-PB). Apesar do plano para elevar receitas em 2021, o principal desafio da equipe econômica no próximo ano é cortar despesas para não deixar o teto

de gastos estourar. Essa regra, prevista na Constituição, impede o crescimento das despesas acima da inflação. Com a entrada de mais dinheiros nos cofres públicos em 2021, a contabilidade do governo federal melhora, mas não alivia a pressão sobre o

teto de gastos. Esse pacote de projetos deve ser apresentado ao Congresso no início do próximo ano. O Ministério da Economia aguarda o resultado da eleição para o comando da Câmara e do Senado, marcada para 7 de fevereiro.



**Chegou Safra Invest.**

Uma rede de escritórios credenciados com a solidez e segurança Safra.



Daqui pra frente, conte com a experiência de um grupo com mais de 175 anos de história. Onde tiver o Selo Safra de Especialista, tem solidez, segurança e alta performance.

Safra Invest é o Safra ao seu lado.

 [Acesse safrainvest.com.br](https://acesse.safrainvest.com.br)

**Safra Invest**  
Agente Autônomo de Investimentos

Central de Atendimento Safra Invest: 0800-1233-4455 (capital e Grande São Paulo) e 0800-305-1234 (demais localidades) - de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h30, exceto feriados. Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) - Prefeitura de Goiás: 0800-772-5761, atendimento a pessoas com necessidades especiais: aúdio em 4 de 10h: 0800-772-4036 - 24 horas por dia. Ouvidoria: Lixo já tem hora: SAC e não entre em contato: 0800-770-0236, atendimento a pessoas com necessidades especiais: aúdio em 4 de 10h: 0800-772-7555 - de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, exceto feriados. Ou acesse safrainvest.com.br/centraldeatendimento/ouvidoria.htm, www.safra.com.br

**Veículo:** Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/12/20 - **Cidade/UF:** SP  
**Título:** Nova linhagem do coronavírus pode ser mais transmissível **Impacto:** Neutro

B2 TERÇA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 2020

FOLHA DE S.PAULO \*\*\*

saúde

# Nova linhagem do coronavírus pode ser mais transmissível

Eficácia das vacinas, porém, não deve ser afetada, afirmam especialistas



Lojas fechadas na Regent Street, em Londres, onde a preocupação com nova linhagem levou a lockdown Han Yan/Xinhua

Phillippe Watanabe

**SÃO PAULO** A nova linhagem do coronavírus detectada na semana passada no Reino Unido - e que levou o premiê Boris Johnson a decretar lockdown em Londres no último dia 19 e mais de 40 países a suspenderem voos para o território britânico - é potencialmente mais transmissível que a atual.

Os cuidados para prevenir a infecção, porém, não mudam, a eficácia das vacinas não deve ser afetada, e a linhagem não aparente ser mais letal, afirmam especialistas.

Autoridades do Reino Unido alertaram, em 13 de dezembro, que tinha sido detectada

nova linhagem do Sars-CoV-2, que, àquela altura, havia causado 1.108 casos. A variante recebeu o nome de B.1.1.7 e em pouco tempo passou a predominar no sudeste do país.

Segundo a ECDC (European Centre for Disease Prevention and Control), estima-se que nova linhagem tenha uma transmissibilidade até 70% superior ao que se tem como parâmetros atualmente.

As agências de saúde, especialistas e autoridades científicas do Reino Unido afirmam, porém, que tal linhagem não deve afetar a eficácia das vacinas que foram desenvolvidas contra a Covid-19.

A preocupação quanto a

uma possível interferência vacinal ocorre pelas 17 mutações identificadas na linhagem, um grande número, considerando-se o padrão para o Sars-CoV-2 até aqui.

Três dessas alterações ocorreram na proteína S do vírus, a estrutura que ele utiliza para se ligar ao receptor ACE2 das células humanas e as invadir. E é exatamente a proteína S que é usada por certas vacinas, como a da Pfizer.

De modo geral, a vacina faz o corpo ter contato com a proteína em questão e, dessa forma, quando uma infecção viral pelo Sars-CoV-2 de fato ocorrer, o sistema imune reconhecerá o invasor e já terá

uma defesa específica pronta.

Uma das mutações encontradas na espícula ("spike", em inglês, daí o uso da letra S) da linhagem B.1.1.7 é a N501Y, que, segundo o COG-UK (Consórcio Genômico do Reino Unido para Covid-19), aumenta a afinidade entre a proteína S e o receptor ACE2, o que poderia, em teoria, resultar na facilitação da invasão das células.

Mudanças significativas nessa região poderiam, eventualmente, levar a uma queda da eficácia de vacinas. Esse cenário, contudo, parece distante.

"Por enquanto, nós não estamos preocupados", disse Marco Cavaleri (Head of Biological Health Threats and Vac-

cines Strategy) em entrevista coletiva da European Medicines Agency em que foi anunciada a autorização para uso da vacina da Pfizer/BioNTech em território europeu.

Segundo Cavaleri, uma maior preocupação é necessária caso ocorram muitas mutações na proteína S. "Mas precisamos ver o vírus mudar muito antes de pensarmos na possibilidade de ter que mudar as vacinas", diz.

Maurício Nogueira, virologista da Faculdade de Medicina de Rio Preto, afirma ser pouco provável influência sobre a eficácia das vacinas. "Estamos falando de poucas mutações, e você tem diversos outros fragmentos do vírus que também geram imunidade".

Ele lembra que a Pfizer chegou a fazer testes de seu imunizante contra diferentes linhagens do Sars-CoV-2 e que as respostas foram positivas. "Seria necessário acúmulo enorme de mutações ocorrendo e sendo selecionadas para influenciar na vacina".

O COG-UK, consórcio de genômica britânico, também afirmou não haver razão para crer que elas afetem a eficácia das vacinas.

Outro ponto foi levantado nesta segunda (21) por pesquisadores britânicos: a contaminação de crianças.

Peter Horby, professor da Universidade Oxford e chefe do Nertag (New and Emerging Respiratory Virus Threats Advisory Group), disse que "agora há elevada confiança de que essa nova variante tenha uma vantagem de transmissão sobre outras em circulação no Reino Unido".

Enquanto isso, Neil Ferguson, do Imperial College e também membro do Nertag, disse carecer de mais dados para determinar a propensão de a nova variante infectar mais as crianças.

Nogueira ecoa o alerta. "Falta informação científica para entendermos", diz. "Precisamos dos dados biológicos. Preciso saber se esse vírus realmente transmite mais. Preciso saber se é mais agressivo. Preciso provar que ele transmite mais para crianças".

De toda forma, os especialistas ouvidos pela Folha afirmam que, apesar de merecer

atenção, a prevenção quanto a linhagem B.1.1.7 segue a mesma: máscara, ventilação e distanciamento social.

## Especialistas veem risco de variante ter chegado ao Brasil

Mutações em vírus são normais. Por isso, é esperado que haja alterações no RNA no Sars-CoV-2.

Tanto que, segundo Ester Sabino, epidemiologista e pesquisadora do Departamento de Moléstias Infecciosas e do Instituto de Medicina Tropical da USP, até agora foram computadas mais de 800 linhagens no mundo e 40 no Brasil.

Em uma pandemia, é ainda mais provável o surgimento acelerado de mutações.

Cientistas do Reino Unido têm a hipótese que a nova linhagem possa ter surgido de um paciente cronicamente contaminado com a Covid-19, o que poderia ter levado ao grande número de mutações.

A especialista da USP afirma que existe a possibilidade de a B.1.1.7 já estar em território nacional, considerando que ela circula pelo Reino Unido há algumas semanas. Sua presença também foi detectada na Dinamarca, na Holanda e na Austrália, pelo menos.

"A evidência que temos é que surgiu há pouco tempo e está crescendo e se sobrepondo a outras linhagens", diz a especialista sobre a aparente maior infectiosidade.

Nogueira exemplifica com a história hipotética de um homem e uma mulher, ambos contaminados com linhagens diferentes de Covid-19, que viajam para uma cidade vizinha. Se a variante que o homem carrega for mais transmissível, e ele chegar na cidade e for a um shopping, ele pode causar um surto. Se, porém, só a mulher for no shopping, ela pode causar um surto.

"É aí daqui 15 dias vai todo mundo falar que o vírus dela é mais transmissível", afirma o pesquisador. "É o nosso comportamento que regula isso. O vírus não é nada sem nós para infectar, multiplicar e transmitir."

**Veículo:** Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/12/20 - **Cidade/UF:** DF  
**Título:** Governo tenta barrar projeto que prevê repasse extra de R\$ 43 bi a municípios **Impacto:** Neutro

B1 | TERÇA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 2020

INCLUI CLASSIFICADOS

O ESTADO DE S. PAULO

# R&N

## ECONOMIA & NEGÓCIOS

**Pressão nas contas.** Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, adiou para hoje votação de PEC, que pode retirar recursos do caixa do Tesouro e causar rombo em 12 anos; PEC aumenta em 1% o repasse de verbas para prefeitos via Fundo de Participação dos Municípios

# Governo tenta barrar projeto que prevê repasse extra de R\$ 43 bi a municípios

Adriano Fernandes  
Daniel Weterson / BRASÍLIA

Depois de uma falha da sua própria articulação política, o governo teve de entrar em campo ontem para barrar a votação pelo plenário da Câmara de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que pode retirar R\$ 4 bilhões do caixa da União por ano. Em 12 anos, valor pode chegar a R\$ 43 bilhões.

A proposta defendida até mesmo por parlamentares da base do governo foi incluída, de última hora, na pauta da votação pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR), e acabou colocando mais uma saia-justa para presidente Bolsonaro e sua equipe econômica depois do impasse em torno da concessão do 13º para os beneficiários do Bolsa Família. A votação estava prevista para hoje.

APEC aumentaria em 1% o escalonado em quatro etapas o repasse de recursos para municípios via Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Atualmente, de 49% da arrecadação total do imposto de renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), 25,5 pontos percentuais são direcionados aos municípios por meio do FPM. A proposta prevê que a parcela aumente para 35 pontos percentuais, subindo o repasse global de 49% para 50% da arrecadação. O aumento é em fases: 0,25% no primeiro e segundo anos, 0,5% no terceiro e 1% a partir do quarto ano.

A equipe econômica tratou o assunto como uma "bomba fiscal" nas chamadas "votações do fim do mundo", quando deputados e senadores votam propostas no fim de ano com grande impacto nas contas públicas. No total, o impacto é estimado em R\$ 43 bilhões em 12 anos. Mas a perda é permanente. O texto já foi aprovado no Senado em primeiro turno pelos deputados. Ou seja, se aprovada nesta votação, a PEC é promulgada. Neste caso, não há possibilidade de veto pelo presidente da República.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Cláudio Araújo, disse que a pressão dos prefeitos sobre os deputados será intensificada hoje. Ele diz que não está prevista nenhuma ajuda federal para as prefeituras em 2021, quando ainda precisarão de recursos para o combate à covid-19. Além disso, segundo ele, os municípios têm assumido cada vez mais responsabilidades que antes eram do governo federal e, por isso, é natural que precisem aumentar a sua participação no bolo tributário.

Ontem, Maia chegou a discutir com o líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR), e se negou a retirar da pauta a proposta, mas depois acabou cedendo para ganhar tempo. Ao Estadão, Maia revelou que foi um parlamentar da base governista que pediu a inclusão na pauta, o deputado Julio César (PSD-PI). "O governo tem que ter responsabilidade sobre as coisas, segurei 12 meses".

Maia defendeu a votação da PEC dos municípios. De acordo com ele, a proposta foi aprovada em primeiro turno no plenário no ano passado e não é uma surpresa. "Não foram cinco sessões de espera, foram 12 meses



"Ué, vota contra". Durante a sessão, Maia discutiu com o líder do governo, Ricardo Barros (PP-PR), por causa da PEC

de espera."

Preocupado com mais essa perda de receita, o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, fez uma alerta das consequências para as contas públicas, caso seja aprovada a PEC. Segundo ele, é preciso ter reforço de todos para que o governo consiga o equilíbrio fiscal. Na sua avaliação, a aprovação da PEC contribuiria para a desorganização fiscal, minando a confiança e colocando em cheque a credibilidade na capacidade de

o País buscar sustentabilidade das contas públicas. "Acaba sendo ruim para todo mundo. Isso reflete nos juros e a nossa notação fica prejudicada". Funchal evitou falar se a articulação política do governo que foi surpreendida pela colocação em pauta da PEC. O secretário enfatizou que o governo não tem mais de onde tirar recursos para reparar a Estadao e municípios e defendeu o que chamou de "artimação fiscal".

**Articulação.** Para barrar a votação, a articulação do governo tem destacado que a União já arrou com o impacto financeiro das medidas de combate à

**Espera de 12 meses.** "Não foram cinco sessões de espera, foram 12 meses de espera (para votar a PEC das prefeituras)", Rodrigo Maia, presidente da Câmara,

pandemia. Como mostrou o Estadão, a maioria dos novos prefeitos eleitos nas eleições municipais vai herdar um caixa mais cheio de dinheiro no dia primeiro de janeiro de 2021. O economista chefe da XP Investimentos, Caio Megale, classificou de "jabuti" a colocação em pauta a PEC. Para ele, é um "abuso e despropósito" a proposta. "Ao invés de fazerem a lição de casa, os prefeitos que têm jogado conta para União", disse Megale.

## TCU tenta pôr freio em 'restos a pagar' de 2021

BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) deve restringir o uso de despesas aprovadas este ano para o combate da pandemia do coronavírus no Orçamento de 2021. Essas despesas foram aprovadas por meio de créditos extraordinários com base no arcabouço de guerra, que retirou as "amarras" fiscais para o governo ampliar os gastos no combate à covid-19.

A análise do processo será levada ao plenário nas primeiras sessões de 2021 (20 e 27 de janeiro) e poderá fechar a porta para a prorrogação do auxílio emergencial com recursos fora do teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação.

Em jogo, a delimitação sobre se gastos que sobram e serão transferidos para o ano a vencer ficariam fora do teto de gastos no orçamento de 2021.

Na semana passada, o Ministério da Economia divulgou estimativa de que R\$ 31,6 bilhões em despesas são do orçamento de guerra ficaria para 2021, o que já inclui os R\$ 20 bilhões para a compra de vacinas para a população. Esses valores ficam fora do teto de gastos, mas afetam o resultado primário aprafundando o rombo.

Segundo apurou a reportagem, a tendência dos técnicos do TCU é ser bastante restritivo em relação ao uso dos restos a pagar (despesas transferidas de um ano para outro) do orçamento de guerra, já que o caráter de imprevisibilidade estaria afastado. O que não é o caso de despesas para pagamento de vacinas contra a covid-19, R\$ 20 bilhões, que ficaria fora da regra aprovada em 2017.

A decisão é importante para definir a margem de manobra do Orçamento em 2021. Há uma preocupação entre os técnicos do TCU de os restos a pagar de créditos extraordinários do orçamento de guerra serem ampliados e usados para driblar a regra do teto em 2021, que começa já com muita incerteza e sem o Orçamento ter sido aprovado pelo Congresso.

Pela regra do teto, os créditos extraordinários, editados para financiar despesas imprevisíveis e urgentes, como as da pandemia, ficam fora do teto.

Despacho assinado na manhã de pelo ministro Bruno Dantas, ao qual o Estadão/Broadcast teve acesso, determina que a área técnica do Tribunal, por meio da Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG), abra um processo em separado para consolidar o entendimento a respeito do assunto, para dar estabilidade e segurança jurídica aos gestores. (A2)

**De um ano para o outro**  
**R\$ 31,6 bi**  
é o valor das despesas que ficarão para o ano que vem e incluem os R\$ 20 bilhões para a compra de vacinas para a população

# 01 SISTEMA AUTOMÁTICO DE ARMAZENAGEM

COMPOSTO POR  
**6 TRANSELEVADORES MECALUX MTB5 SF 1300 E COMPONENTES**  
LEILÃO SOMENTE ONLINE - DIA 28/12/2020 ÀS 9h



EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM O SISTEMA MECALUX:

- 8 transelevadores; 85 TC - transportadores de corrente;
- 39 TR - transportadores de rolo; 35 TM - transportadores mistos;
- 4 TRT - transportadores de rolo e transferência;
- 8 mesas elevatórias de entrada; 8 mesas elevatórias de saída;
- 3 LCD - lançadeiras; 7 PUPITRE - I.H.M.

ENVIAR SEU LANCE EM:  
[WWW.SODRESANTORO.COM.BR](http://WWW.SODRESANTORO.COM.BR)

**SODRÉ SANTORO**  
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Informações: 11 2064-6664 e [www.sodresantoro.com.br](http://www.sodresantoro.com.br) | Street: Luan Sodrê Santoro, Leilões Oficial A3537 nº 602



**Veículo:** Valor Econômico - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/12/20 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP  
**Título:** Economia rumo para trimestres de fraqueza, diz Ibre **Impacto:** Neutro

A4 | Valor | Terça-feira, 22 de dezembro de 2020

## Brasil

**Conjuntura** Piora da pandemia, cenário fiscal e fim do auxílio emergencial são ameaças para o crescimento

# Economia rumo para trimestres de fraqueza, diz Ibre

Ana Conceição  
De São Paulo

A atividade econômica brasileira caminha para números fracos nos próximos trimestres por causa do recrudescimento da pandemia, do término das medidas de auxílio e das fortes incertezas que cercam o cenário fiscal, avalia o Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), publicação mensal divulgada com exclusividade para o Valor.

A edição de dezembro também chama atenção para o perigo de complacência com a questão fiscal em meio a um cenário externo mais favorável, com aumento do apetite por risco entre os investidores e melhora das condições financeiras.

Depois de crescer 7,7% no terceiro trimestre sobre o segundo, descontados os efeitos sazonais, o PIB do país deverá aumentar apenas 1,3% sobre o período de julho a setembro. Na comparação com o mesmo período do ano passado, a previsão é de queda de 3,6%, um recuo maior que o apontado pela mediana das estimativas do boletim Focus, do Banco Central, de 2,5%.

Ao longo do primeiro semestre de 2021, a atividade deve ter desaceleração significativa e oscilar em torno de zero. Para o ano, a projeção é de um crescimento no PIB de 3,6%, pouco acima dos 3,5% estimados em novembro, uma revisão influenciada pela projeção para 2020, que saiu de queda de

### Recuperação cíclica

Estimativas - em %

Atividades	4tri20/3tri20*	4tri20/4tri19	2020	2021
Consumo das famílias	1,4	-5,3	-6,1	3,6
Consumo do governo	0,3	-4,8	-4,9	4,8
Investimento	-2,3	-7,7	-6	4,1
Exportação	0,9	-0,8	-0,9	2,9
Importação	7,1	-14,5	-12,9	5,2
<b>PIB</b>	<b>1,3</b>	<b>-3,6</b>	<b>-4,7</b>	<b>3,6</b>
Agropecuária	-0,2	0,1	2	1,7
Indústria	-0,5	-1,5	-4,2	3,1
Serviços	1,3	-4,2	-5	3,7

Fonte: Ibre-FGV. \*com ajuste sazonal

5% para recuo de 4,7%. Boa parte da projeção do crescimento em 2021 é creditada ao chamado carregamento estatístico.

"Estamos num quarto trimestre ainda muito difícil e com um mercado de trabalho ruim", afirma Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro. A economista observa que a redução do auxílio emergencial em conjunto com o aumento da inflação tem afetado o consumo de bens neste fim de ano, o que provocou revisões baixistas nas estimativas para a indústria e o comércio no período. E como ocorreu no segundo trimestre, a pandemia deve reduzir o PIB da saúde pública e privada, segmentos importantes do setor de serviços, que paralisam suas atividades corriqueiras para abrir espaço para o atendimento aos doentes da pandemia.

"O que estava se recuperando deve dar um passo atrás. Acredito que caminhamos para PIBs bem fracos", afirma Matos.

Outro segmento que frustrou previsões no terceiro trimestre e deve voltar a mostrar números baixos é a construção, o que deve afetar os investimentos. A formação bruta de capital fixo, medida do que se investe em máquinas, equipamentos, construção, pesquisa e desenvolvimento, deve cair 2,3% no quarto trimestre ante o terceiro, quando subiu 11% sobre o segundo.

As indicações de desaceleração da atividade também aparecem nas sondagens de confiança, em que os índices, com exceção da indústria, recuaram em outubro, novembro e na prévia de dezembro, reflexo da preocupação com os riscos de uma segunda onda de covid-19 no país e com o fim dos programas emergenciais.

Nas empresas e entre os consumidores o clima é de cautela. Na média, 39% deles estão poupando para se precaver da crise e, entre esses, 73% pretendem continuar poupando no curto prazo. Entre os



Sílvia Matos: "O que estava se recuperando deve dar um passo atrás; acredito que caminhamos para PIBs bem fracos"

que pretendem gastar, grupo que está na faixa com maior poder aquisitivo, boa parte pretende utilizar os recursos apenas no segundo semestre. "Com o aumento no número de casos de covid-19, empresas e consumidores adiam investimentos, contratações e consumo", diz o boletim.

Em meio a uma velocidade de recuperação incerta da atividade, causa especial preocupação o fato de o governo entrar 2021 sem instrumentos para reduzir gastos obrigatórios e viabilizar tanto o cumprimento do teto de gastos quanto o atendimento de demandas da pandemia, diz Sílvia. A PEC Emergencial, assim como a definição do Orçamento, foi adiada para depois da eleição dos presidentes da Câmara e do Senado, em fevereiro. Apenas para manter as des-

pesas sob o teto de gastos seria necessário contingenciar R\$ 27 bilhões em 2021, projeta o Ibre.

"Há uma demanda forte em áreas como saúde e não se consegue mudar aqueles gastos obrigatórios, como benefícios e renúncias tributárias, salários de servidores. As PECs dariam instrumentos para isso", diz.

A dificuldade em cortar despesas obrigatórias para manutenção do teto se soma o risco de complacência com a questão fiscal num momento de melhora na percepção dos investidores em relação aos emergentes por causa da melhora do cenário externo.

O quadro recente de redução de risco, enfraquecimento do dólar, aumento dos preços de commodities, retorno do fluxo estrangeiro, alta da bolsa e queda

dos juros longos pode reduzir o senso de urgência das reformas necessárias para a manutenção do teto de gastos e a solvência fiscal, escrevem Sílvia e Armando Castelar Pinheiro, coordenador de Economia Aplicada do Ibre. A simples ausência de qualquer novidade fiscalmente desconfortável acabou sendo vista como uma boa notícia.

"É recorrente essa complacência na nossa história em períodos de melhora das condições externas. Mas mesmo melhorando estamos longe de outros emergentes, como Colômbia, México, com moedas bem mais valorizadas", comenta Sílvia. Caso o quadro externo mude e os investidores resolvam tirar recursos do país, há risco "não trivial" de crise à frente, afirmam os economistas.

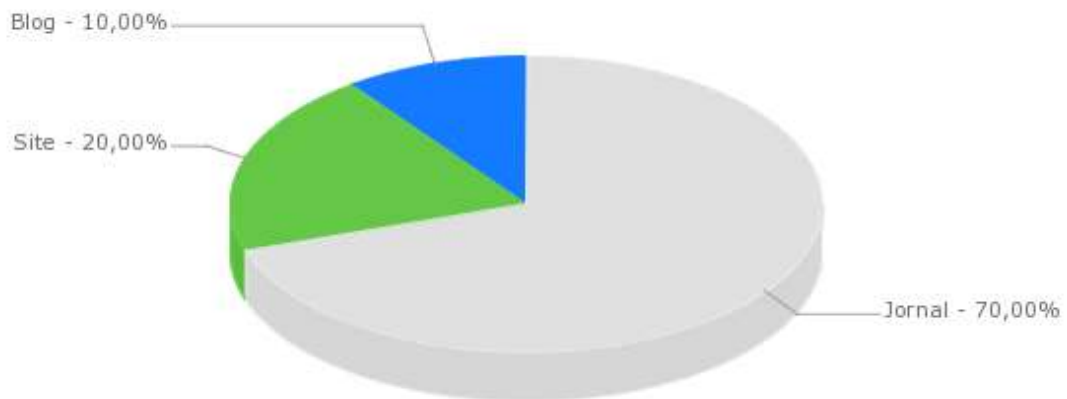
## Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
21/12/20	Gustavo Negreiros	Blog		RN	Menos natalenses e mossoroenses vão comprar no natal, mas gasto médio será maior	Neutro	Matéria		B			
21/12/20	DeFato	Site		RN	Pesquisa aponta queda na intenção de consumidores de efetuar compras de Natal	Neutro	Matéria		B			
21/12/20	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			Sarau Quinta da Artes promove "Especial literatura em casa"	Positivo	Matéria		B			
21/12/20	G1 RN	Site		RN	MEC nomeia reitor eleito do IFRN após 8 meses	Neutro	Matéria		A			
21/12/20	Blog da Juliska	Blog	Natal	RN	Ferramenta integra agendas do ecossistema inovador do RN	Neutro	Matéria		B			
21/12/20	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Verão do Rio Grande do Norte deve ser dentro da normalidade, prevê Emparn	Neutro	Matéria		A			
22/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Vetos do governo são rejeitados	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					nas comissões							
22/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Arrecadação tem melhor desempenho em seis anos	Neutro	Matéria		A			
22/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Vacinação pode influenciar na recuperação da economia	Neutro	Matéria		A			
22/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Média de mortes volta a subir no RN	Neutro	Matéria		A			
22/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Estado abrirá mais 63 leitos de UTI no RN	Neutro	Matéria		A			
22/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	O equilíbrio fiscal em risco no Congresso	Neutro	Artigo		A			
22/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Recorde de gastos	Neutro	Matéria		A			
22/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Mutante vigiado	Neutro	Matéria		A			
22/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Há vagas, mas para temporários	Neutro	Matéria		A			
22/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Arrecadação de impostos em novembro cresce 7,3%	Neutro	Matéria		A			
22/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Guedes prepara projetos para elevar no curto prazo a	Neutro	Matéria		A			

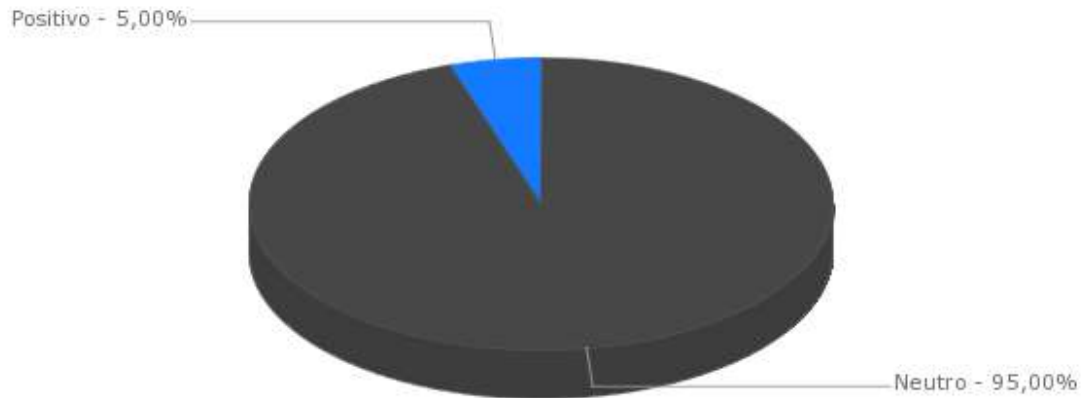
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					arrecadação de impostos							
22/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Nova linhagem do coronavírus pode ser mais transmissível	Neutro	Matéria		A			
22/12/20	Estadão	Jornal		DF	Governo tenta barrar projeto que prevê repasse extra de R\$ 43 bi a municípios	Neutro	Matéria		A			
22/12/20	Valor Econômico	Jornal	São Paulo	SP	Economia rumo para trimestres de fraqueza, diz Ibre	Neutro	Matéria		A			
<b>Qtde.: 20</b>												

### Clippings por Tipo de Mídia



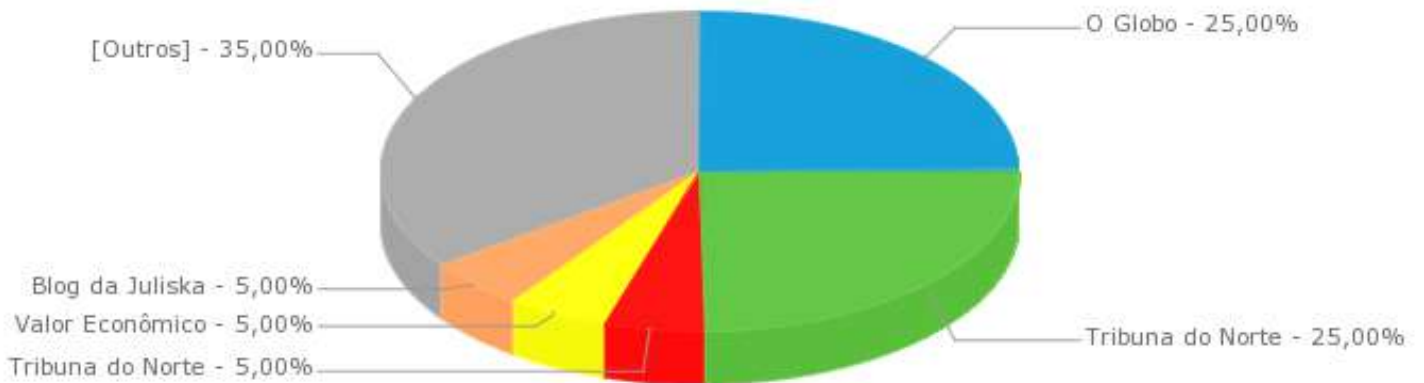
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	14	70,00 %
Site	4	20,00 %
Blog	2	10,00 %
		<b>Total: 20</b>

### Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	19	95,00 %
Positivo	1	5,00 %
		<b>Total: 20</b>

### Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
O Globo	Jornal	5	25,00 %
Tribuna do Norte	Jornal	5	25,00 %
Tribuna do Norte	Site	1	5,00 %
Valor Econômico	Jornal	1	5,00 %
Blog da Juliska	Blog	1	5,00 %
TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site	1	5,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	5,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	5,00 %
G1 RN	Site	1	5,00 %
Estadão	Jornal	1	5,00 %
Gustavo Negreiros	Blog	1	5,00 %
DeFato	Site	1	5,00 %
<b>Total:</b>			<b>20</b>